



Número: **0000884-76.2015.8.15.0271**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Picuí**

Última distribuição : **30/07/2015**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
KENALDO DELFINO DIAS (AUTOR)		NILO TRIGUEIRO DANTAS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
21073695	10/05/2019 09:24	[VOL 1][Petição Inicial]	Petição Inicial
23758887	22/08/2019 16:19	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
23758894	22/08/2019 16:19	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
29074156	13/03/2020 09:20	Mandado	Mandado



Nilo Trigueiro Dantas

ADVOCACIA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUI – ESTADO DA PARAÍBA

Recebido no Cartório.
Picuí, 09 de 08 de 2015
Assinado eletronicamente por Iranilda Dantas

0000884-76.2015.815.0271



KENALDO DELFINO DIAS, brasileiro, solteiro, agricultor, portador do RG nº 2.026.937 SSP-PB e do CPF nº 007.416.874-01, residente e domiciliado na Rua Presidente Juscelino Kubitschek, s/n, Centro, Nova Palmeira - PB, vem através de seu procurador, Advogado "in fine" assinado, com endereço profissional na Av. Getúlio Vargas, 75, Centro, Picuí – PB onde recebe intimações, mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 3º da lei 6.194/74 propor:

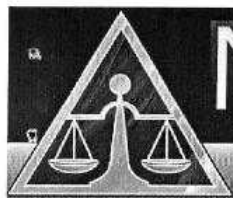
AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT c/c REPARAÇÃO DE DANOS

em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, podendo ser intimada através de seu Departamento Jurídico localizado na Rua Senador Dantas, 74/14º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, Cep: 20.031-205, pelas razões de fato e de Direito a seguir articuladas:

1

Av. Getúlio Vargas, 75, Centro
Picuí - PB
CEP. 58.187.000
E-mail: nilotdantasadv@yahoo.com.br
nilotdantas@hotmail.com
(83) 3371 2274 / 9912 5490 / 9104 9190





Nilo Trigueiro Dantas

ADVOCACIA

03/07/20

PRELIMINARMENTE

Preliminarmente, requer de Vossa Excelência que seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, visto que, o promovente é pobre na forma da lei, sendo desprovido de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado. Nessa linha de pensamento, a 4ª. Turma do Egrégio Superior Tribunal de Justiça é assente na matéria, tendo aduzido: *"a simples declaração firmada pela parte que requer o benefício da assistência judiciária, dizendo-se 'pobre nos termos da lei', desprovida de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado, é, na medida da presunção iuris tantum de veracidade, suficiente à concessão do benefício legal. (05. 4ª. Turma, STJ, Rec. Esp. 38124-0, 20/10/93, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, RJSTJ 6/412)."* Além do que a Constituição de 1988, sensível à realidade social do país, inseriu como **"direito e garantia fundamental"** do povo brasileiro, o livre acesso ao Judiciário. Como a todo direito corresponde uma obrigação, temos que ao Estado compete fornecer os meios necessários de acesso à justiça de todos aqueles que dela necessitar. Portanto, nada mais resta a esse nobre magistrado seguir por esse entendimento.

DOS FATOS

Cumprе ressaltar inicialmente, que no dia 06/03/2012, por volta das 15:15h00min, o autor foi vítima de acidente de trânsito, quando nas proximidades do cruzamento da CIMFEL defronte ao Hotel Fantasi, no Distrito Federal, vinha trafegando pela via pública acima mencionada, pilotando a moto Honda Honda 150, Renavam 167187031, placa JJT-5717/DF, no momento em que vinha transitando em sua mão de direção e ao frear para para adentrar a uma rua, foi abalroado por um veículo fiat uno e fez com que o autor viesse a perder o controle de direção da mesma e a derrubar a ele ao solo, onde tal queda acabou o **lesionando gravemente no membro inferior direito**, além de ter sofrido também várias escoriações.

Destarte, que segundo o Boletim de Ocorrência nº. 989/2012 expedido pela Oitava Delegacia de Polícia do Distrito Federal/DF, o requerente ia pilotando a moto Honda Honda CG 150, Renavam 167187031, placa JJT-5717/DF, chassi 9C2KD04109R021785, e, foi abalroado pelo fiat Uno/Mille, ano/mod: 2008/2009, placa: JHF-5717/DF, renavam: 986369950, chassi: 9BD15822A96192551, licenciado em nome de Leticia Castelo Branco Figueiredo.

Também denuncia a documentação em anexo, que logo após a ocorrência do acidente, o requerente foi socorrido para o Hospital de Base do Distrito Federal,





Nilo Trigueiro Dantas

ADVOCACIA

onde foi submetido a tratamento médico especializado, tendo ficado incapacitado para as suas ocupações habituais por mais de noventa dias.

Destarte, desse sinistro o requerente permaneceu inválido permanentemente, conforme denuncia o atestado em anexo.

Logo, nos leva a concluir pela invalidez permanente da mesma, devendo esse nobre juízo reconhecer tal direito e fazer com que a ré efetue o pagamento integral da indenização do seguro obrigatório, que segundo o art. 3º da lei 6.194/74, inciso II, o qual é no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**. Razão pela qual essa presente ação foi proposta.

DO DIREITO

A indenização do seguro obrigatório DPVAT é bastante consagrada em nosso ordenamento jurídico, e, é de tal forma regida pela Lei nº. 6.194/74, a qual é a norma disciplinadora desse respectivo seguro, ela prenuncia que a indenização será paga as vítimas de acidente de trânsito que venham a morrer, a sofrer invalidez permanente em algum órgão ou membro, ou até mesmo aquela pessoa que só venha a receber cuidados médicos. Logo, tais situações se encontram denotadas no art 3º, após a vigência da medida provisória nº. 340/06, desta referida lei:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de invalidez permanente;

e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) como reembolso à vítima no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”

Logo, como é explanado por tão nobre artigo, a lei garante o direito de receber uma indenização como prêmio desse seguro. De antemão, deve ser condenada tanto à promovida bem como qualquer outra seguradora que opere com o seguro obrigatório.

Por conseguinte, dispõe a lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que o valor correspondente ao pagamento da indenização do seguro DPVAT deverá seguir a tangência do art. 3º desta referida lei, cujo diz que o quantum deverá ser de até R\$ 13.500,00





Nilo Trigueiro Dantas

ADVOCACIA

(treze mil e quinhentos reais) no caso de morte ou invalidez permanente. Logo, como o requerente ficou inválido deveria receber o valor total da indenização de acordo com o que é prenunciado pela Lei 6194/74, e, não o pagamento parcial que foi feito pela requerida.

05/07/2019

Ademais, o art. 5º da Lei 91694/74 é claro ao enunciar que:

"Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado."

Destarte, a norma que rege o seguro DPVAT, a Lei nº 6.194/74, determina em seu art. 5º que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente, do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida ainda qualquer franquia por parte do segurado.

A jurisprudência também é pacífica nesse sentido:

134005755 – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA – DESNECESSIDADE DA PROVA DA CULPA – À seguradora, cumpre pagar, por força de lei, o valor indenizatório ao cônjuge da pessoa vitimada em acidente de veículo, coberto pelo seguro obrigatório de danos pessoais. O recebimento dos valores pertinentes ao seguro obrigatório independe de qualquer comprovação ou pesquisa sobre a culpa do condutor do veículo causador do dano, já que, decorrendo do Decreto-Lei nº 73/66, cuida de responsabilidade objetiva que, como tal, prescinde da coexistência do elemento culpa. É computável a correção monetária sobre os valores devidos, calculada a partir da data do efetivo desembolso das despesas, além dos juros de 0, 5% ao mês contados a partir da citação. (TAMG – AP 0345692-6 – (51746) – Contagem – 3ª C.Cív. – Relª Juíza Jurema Brasil Marins – J. 03.04.2002)

6027440 - PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. Cálculo da indenização fixada de forma equivocada. Retificação de ofício. Inteligência do art. 463, I do CPC. Salário mínimo adotado para fixar o valor da indenização e vigente à época

4

Av. Getúlio Vargas, 75, Centro

Picuí - PB

CEP. 58.187.000

E-mail: nilotdantasadv@yahoo.com.br

nilotdantas@hotmail.com

(83) 3371 2274 / 9912 5490 / 9104 9190





Nilo Trigueiro Dantas

ADVOCACIA

do evento danoso. Legalidade. Inteligência da Lei nº 6.194/74. Inaplicabilidade das resoluções do cnps. Princípio da hierarquia das Leis. Honorários aplicados em atendimento ao disposto § 4º do art. 20 do CPC. Desprovimento da apelação. Manutenção da sentença. Lei nº 6.194/74. Art. 5º. "o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado." A norma que regula o seguro obrigatório de danos pessoais é uma Lei em sentido formal, que, pelo princípio da hierarquia das Leis, não pode ser revogada por resolução. (TJ-PB; AC 200.2005.001265-3/002; Rel. Des. Genésio Gomes Pereira Filho; DJPB 30/07/2009; Pág. 9) CPC, art. 463 CPC, art. 20

Logo, por essas provas apresentadas, fundamentadas e legítimas já se evidencia e prontamente se percebe o direito do autor em receber o prêmio do seguro DPVAT, pois, como já fora explicitado anteriormente na norma legal, o pagamento da indenização será devida mediante a simples ocorrência do acidente e do dano dela decorrente.

Noutro diapasão, é bom que se traga à baila que em virtude do sinistro do requerente ter acontecido no ano de 2010, o pedido autoral deverá obedecer as normas em vigor na época, principalmente de acordo com a alteração ocorrida na Lei 6194/74 trazidas pelas leis 11.482/2007 e 11945/2009.

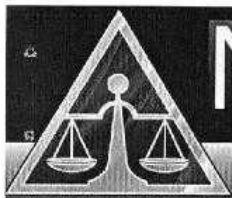
Logo, diante de tamanha alteração, podemos acentuar que a indenização por invalidez deverá variar de acordo com o grau da lesão e da extensão da incapacidade funcional apresentada pelo autor/vítima, que refletirá em dano corporal, este sim indenizável.

Ademais, o aspecto interativo para que haja cobertura é que a invalidez seja de Carter permanente e fique caracterizado o nexo entre o acidente noticiado a conseqüente invalidez.

Outrossim, vejamos a nova redação do § 1º do art. 3º conferida pela MP 451/2008, convertida posteriormente na Lei 11945/2009:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de





Nilo Trigueiro Dantas

ADVOCACIA

assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

07/07/2019

...
§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

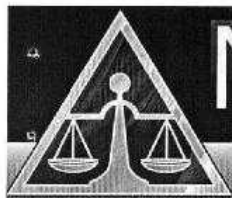
Destarte, que o anexo ao art. 3º da Lei nº 6.194/74, explicita nos dias atuais o valor da indenização a ser recebida pelo promovente de acordo com a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual em tal anexo estabelecido. Vejamos:

ANEXO

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	





Nilo Trigueiro Dantas

ADVOCACIA

Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	100% (CEM POR CENTO)
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70%
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

DS
TMM

Portanto, diante do enunciado no inciso I do parágrafo primeiro do art. 3º da Lei 6194/74, e principalmente de acordo com o que explicita o anexo da referida Lei, o promovente faz jus a indenização por invalidez permanente em decorrência **das sequelas no membro inferior esquerdo (70% - setenta por cento)**, o que perfaz um percentual de 70% (setenta por cento) do valor referente a uma invalidez permanente total que é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), razão pela qual deverá o mesmo ser indenizado no quantum base de **R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)**, referente a sua perda funcional.

7

Av. Getúlio Vargas, 75, Centro
Pícuí - PB
CEP. 58.187.000
E-mail: nilotdantasadv@yahoo.com.br
nilotdantas@hotmail.com
(83) 3371 2274 / 9912 5490 / 9104 9190





09
1000

DA NÃO OCORRENCIA DA PRESCRIÇÃO

Como relatado, os efeitos da prescrição não atingem o direito do autor em ingressar com a presente ação, uma vez que o autor apesar de ter sofrido o acidente em 06/03/2012, só veio a ter ciência de sua invalidez quando da realização de exame pericial no IML do Distrito Federal na data de 24/08/2012, razão pela qual seu direito está concretizado.

Ademais, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) acolheu embargos de declaração para alterar a redação que fixou, em repetitivo, a tese envolvendo o prazo de prescrição do seguro DPVAT, fixando que "o termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez".

Logo, resta certo, que a ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez foi dada quando da expedição do laudo médico na data de 24/08/2012.

Ademais, a Súmula 278 do STJ, que trata do tema, dispõe que o termo inicial da prescrição é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral, ou seja, quando da realização do citado exame pericial.

E é esse o entendimento corrente dos nossos Tribunais:

84042660 - AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DPVAT. TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO. CIÊNCIA INEQUÍVOCA DO CARÁTER PERMANENTE DA INVALIDEZ. NECESSIDADE DE LAUDO MÉDICO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. 1. O termo inicial do prazo prescricional é a data da ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez, cujo reconhecimento, exceto nos casos de ser notória, depende de laudo médico, sendo relativa a presunção de ciência (recurso especial repetitivo n. 1.388.030/MG). 2. Agravo em Recurso Especial conhecido e provido para se conhecer do Recurso Especial e dar-lhe provimento. (Superior Tribunal de Justiça STJ; AREsp 181.381; Proc. 2012/0106501-4; MG; Terceira Turma; Rel. Min. João Otávio de Noronha; DJE 03/11/2014)

84037344 - AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DPVAT. TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO. CIÊNCIA INEQUÍVOCA DO CARÁTER PERMANENTE DA





Nilo Trigueiro Dantas

ADVOCACIA

INVALIDEZ. NECESSIDADE DE LAUDO MÉDICO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. 1. O termo inicial do prazo prescricional é a data da ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez, cujo reconhecimento, exceto nos casos de ser notória, depende de laudo médico, sendo relativa a presunção de ciência (recurso especial repetitivo n. 1.388.030/mg). 2. Agravo conhecido para se conhecer do Recurso Especial e dar-lhe provimento. (Superior Tribunal de Justiça STJ; AREsp 149.626; Proc. 2012/0036867-9; MT; Terceira Turma; Rel. Min. João Otávio de Noronha; DJE 24/10/2014)

44018152 - CIVIL E PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. PRESCRIÇÃO. MARCO INICIAL DATA DA CIÊNCIA INEQUÍVOCA DA INVALIDEZ. QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO EM COMPATIBILIDADE COM AS SEQUELAS APRESENTADAS PELO SEGURADO. 1) O marco inicial para contagem do prazo prescricional para o ajuizamento de ação em que se requer o seguro obrigatório DPVAT é a data da ciência inequívoca da invalidez pelo segurado, que, em regra, ocorre com a elaboração do laudo pericial. 2) correta a decisão monocrática que fixa indenização em montante compatível com o grau de invalidez do segurado. 3) apelo não provido. (TJ-AP; APL 0021574-38.2011.8.03.0001; Câmara Única; Rel. Des. Gilberto Pinheiro; DJEAP 20/02/2014; Pág. 13)

Portanto, diante do fato do autor, ter sido cientificado da sua invalidez permanente tão somente no dia 24/08/2012, é lícito e contemporâneo o direito do mesmo em ingressar em juízo pra reclamar a indenização pleiteada.

Dos juros e da Correção Monetária

Ainda no que tange ao recebimento da indenização, devemos ressaltar a questão da correção monetária deverá incidir a partir da data do ajuizamento da ação (distribuição), e, os juros deverão contar desde a data do citação da seguradora sinistro, o que é concretizado em nosso ordenamento jurídico e principalmente de forma majoritária em nosso Tribunal de Justiça da Paraíba, conforme explicita a jurisprudência abaixo em epigrafe:





Nilo Trigueiro Dantas

ADVOCACIA

11545910 - AGRAVO REGIMENTAL. CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPLEMENTAÇÃO DE PAGAMENTO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO DA SEGURADORA. 1. Na ação de cobrança para complementar o pagamento de indenização do seguro obrigatório (DPVAT), os juros de mora incidem a partir da data de citação da seguradora. 2. Agravo regimental desprovido. (Superior Tribunal de Justiça STJ; AgRg-REsp 1.060.421; Proc. 2008/0112451-7; SP; Quarta Turma; Rel. Min. João Otávio de Noronha; Julg. 28/04/2009; DJE 11/05/2009)

56023750 - PROCESSUAL CIVIL. CONTRA-RAZÕES. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DPVAT. PRELIMINAR. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. AFRONTA. AUSÊNCIA. RAZÕES DISSOCIADAS DO QUE RESTOU DECIDIDO. INEXISTÊNCIA. REJEIÇÃO. Não estando as razões do apelo dissociadas do que restou decidido na sentença, não há que se falar em afronta ao princípio da dialeticidade. Processual civil. Apelação. Ação de indenização. DPVAT. Preliminar. Ausência de interesse processual. Pedido na esfera administrativa. Art. 5º, XXXV, da CF/88. Rejeição. A Constituição Federal, fonte da qual emanam todos os princípios a serem observados pela legislação infraconstitucional, garantiu a todos a inafastabilidade jurisdicional, sempre que houver lesões ou ameaças de lesões a direito. Civil. Apelação cível. Ação de cobrança. Seguro DPVAT. Acidente automobilístico. Invalidez permanente. Deficiência em grau mínimo. Prova robusta. Nexo causal comprovado. Indenização devida. Incidência do art. 3º, b, da Lei nº 6.194/ 74. Indexação do salário mínimo. Possibilidade. Correção monetária. Incidência. Data do sinistro. Inaplicabilidade. Adequação. Data do ajuizamento da ação. Provimento parcial. Dada a natureza do pleito indenizatório securitário, afigura-se totalmente desnecessário prévio requerimento administrativo objetivando posterior ajuizamento de ação de cobrança. A Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPVAT), foi alterada, em alguns dispositivos, pela Lei nº





Nilo Trigueiro Dantas

ADVOCACIA

8.441/92, sem, todavia, modificar o art. 5º do aludido diploma legal, que impõe o pagamento da indenização mediante a prova do acidente e do dano ocorrente. Em consonância com a iterativa jurisprudência do STJ, nas ações em que se busca o valor integral de indenização decorrente do seguro obrigatório. DPVAT -, por se tratar de ilícito contratual, a correção monetária, será a partir do ajuizamento da ação. (TJ-PB; AC 083.2006.001412-9/001; Cacimba de Dentro; Rel. Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos; DJPB 05/02/2009; Pág. 5) CF, art. 5

56028438 - SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINARES. Falta de interesse processual e de documento imprescindível ao exame da questão. Rejeição das prefaciais. Amputação da falange distal do 2º e 3º quirodáctilos da mão direita. Fixação da indenização no máximo legal. Impossibilidade. Provimento parcial. De acordo com o princípio da inafastabilidade do poder judiciário em que não será excluída de sua apreciação nenhuma lesão ou ameaça a direito, pode o autor, amparado na Constituição Federal, pleitear seus direitos judicialmente, independentemente do esgotamento das vias administrativas. De uma breve análise dos elementos probatórios, vê-se que o promovente colacionou os documentos que entendeu suficientes à apreciação da questão de mérito objeto da demanda, a fim de que o julgador pudesse concluir pela eventual procedência ou improcedência do pedido. Nos termos do disposto no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, a seguradora está obrigada a indenizar o DPVAT, bastando a simples prova do acidente automobilístico e do dano decorrente, do qual resultou com danos pessoais, levando-se em consideração a tabela respectiva para cálculo em caso de invalidez permanente. Inocorrendo requerimento administrativo, visando receber o DPVAT, a correção monetária deve se dar a data do ajuizamento da ação os juros moratórios de 1% ao mês da citação, se o acidente ocorreu após a vigência do novel CC. (TJ-PB; AC 200.2008.018.7418/001; Rel. Des.





Romero Marcelo da Fonseca Oliveira; DJPB 16/10/2009; Pág. 7)

13
RMD

Logo, está satisfeito o promovente de que não tem mais a que buscar, a Promovida, além de demonstrar de forma equivocada que não tem interesse em pagar o seguro DPVAT e não encontrando outro caminho, vem invocar a Tutela Jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário para dirimir tal conflito.

III - DOS PEDIDOS

ANTE AO EXPOSTO, requer a Vossa Excelência, com fundamento no art.186 do Código Civil Pátrio, c/c, nos arts. 5º e 3º, "II", ambos da lei nº. 6.194/74, requerer a procedência da presente, bem como:

a. A condenação da promovida ao pagamento da indenização em epígrafe, com base no montante de **R\$ 9.450,00 (nome mil, quatrocentos e cinquenta reais)**, conforme preceitua o inciso I do § 1º e inciso II do art. 3º da Lei 6194/74, referente à indenização por invalidez permanente sofrida pelo promovente **no membro inferior direito**, ou seja, noventa e cinco por cento de uma invalidez permanente total. No entanto, caso tal incapacidade seja parcial que se apure o seu respectivo grau percentual.

b. Seja citada a Promovida através de AR, no endereço declinado, nos termos do art. 221, I do CPC, para querendo, apresentar contestação, produzir provas e requerendo, sendo o caso de prova pericial, com a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.

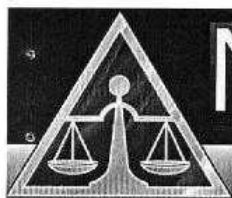
c. Seja designada audiência de conciliação, e, em ato contínuo a de instrução e julgamento.

d. Requer que lhe seja concedido os benefícios da justiça gratuita nos termos da Lei 1.060/50.

e. Que seja acrescido e aplicado ao valor da condenação, juros moratórios a partir da data da citação e correção monetária retroativa à data do ajuizamento desta.

f. Seja condenada a demandada em honorários advocatícios, em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, visto que o autor é beneficiário da Justiça Gratuita, conforme enuncia o §1º do art. 11 da Lei 1060/50.





Nilo Trigueiro Dantas

ADVOCACIA

g. Seja o autor submetido a perícia médica judicial, devendo tal perito seguir os quesitos no anexo 01 enunciados, bem como os elaborados pela parte ré e/ou pelo juízo, devendo os honorários periciais correrem as custas da parte vencida ao final da ação.

Protesta ainda provar o promovente por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente por provas documentais e testemunhais.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nesses Termos,
Pede deferimento.

Picui – PB, 21 de junho de 2015.



Nilo Trigueiro Dantas
OAB-PB 13220





Nilo Trigueiro Dantas

ADVOCACIA

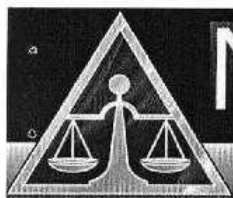
Anexo 01

35
AUTA

QUESITOS

- 1) *Se existe nexa causal entre o acidente noticiado na peça inicial e as lesões produzidas no Autor?*
- 2) *Se houve diminuição ou perda de função de algum órgão do periciado e se estes órgãos foram lesionados em função do acidente automobilístico?*
- 3) *Se houve Invalidez. Em caso afirmativo, se a invalidez é total ou parcial?*
- 4) *Se a invalidez for parcial, ela é completa ou incompleta?*
- 5) *Se parcialmente incompleta, qual o percentual a ser utilizado com relação à redução proporcional da incapacidade permanente? Onde nesse quesito deverá o Sr. Perito se utilizar dos percentuais enunciados pelo inciso II do § 1º da Lei 6194/74: "75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa; 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão; 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, e ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais".*





Nilo Trigueiro Dantas

ADVOCACIA

Anexo 02

RG
NM

Anexo do art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100% (CEM POR CENTO)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10





Nilo Trigueiro Dantas

ADVOCACIA

PROCURAÇÃO PARA O FORO EM GERAL

17
10/01

O (a) Outorgante KENARAO DE OLIVEIRA DIAS
brasileiro (a), despedante, portador(a) do RG nº.
2.026.937 expedido por SSP/PB em 11 e do CPF nº.
007.416.874-61, residente na(o) Rua Pres. Getúlio Kubitschek, município de
Não Palmeira - PB, pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e
constitui seu bastante procuradores e advogados os Bels. **NILO TRIGUEIRO DANTAS – OAB/PB**
13.220 e **DIJANIELLYESON MONTEIRO NOBREGA – OAB/PB 17068**, brasileiro, solteiro, advogado,
com endereço profissional na Klick Consultoria, Assessoria e Serviços LTDA, localizada na Avenida
Getúlio Vargas, nº 75, Centro, Picuí-PB, fone (0**83) 3371-2274, ao qual confere poderes para o
foro em geral, nos termos do art.38, inclusive parte final do código de Processo Civil, podendo
confessar, transigir, desistir, receber e dar quitações, firmar compromissos, prestar primeiras e
últimas declarações, acompanhá-lo(a) em todos os seus termos, impugnar créditos ou concordar
com os mesmos, representá-lo(a) perante qualquer Juízo, instância ou Tribunal, repartições
públicas, federais, estaduais, municipais, conjunto ou separadamente, bem como substabelecer
com ou sem reservas de poderes.

Picuí-PB, 11 de março de 2016.

Kenarao de Oliveira Dias
Outorgante

Av. Getúlio Vargas,

CEP 51.100-00

E-mail: nilotdantasadv@yahoo.com

nilotdantas@hotmail.com


(83) 3371 2274 / 9912 5490 / 9104 915



18
1000

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

RENALDO DELFINO DIAS



DOC. IDENTIDADE / CDS. CRESSOR / LE
2026937 SSP TB

CNPJ
007.416.874-61

DATA NASCIMENTO
02/09/1975

RELACAO
BENEDITO DELFINO DIAS
CECILIA AMELIA DIAS

FORMACAO
RCC
COT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
02516203680

VALIDADE
20/06/2012

1ª HABILITACAO
14/09/2002

RESERVAÇÃO

Renaldo Delfino Dias
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
BRASILIA-DISTRITO FEDERAL, DF

DATA EMISSAO
29/07/2011

J. P. G.
ASSINATURA DO EMISOR

74862604254
DF725755725

DETRAN-DF (DISTRITO FEDERAL)

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
486799711

PROIBIDO PLASTIFICAR
486799711



BOLETO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta original.

Boleto para simples pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica. Nº 000.392.544



ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680
CNPJ 09.095.183 / 0001-40 Insc.Est. 15.615.823-0

DADOS DO CLIENTE

BENEDITO DELFINO DIAS
RUA PRES JUSCELINO KUBITSCHEK S/N
NOVA PALMEIRA

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

5/242915-7

REFERÊNCIA

FEV/2015

APRESENTAÇÃO

09/02/2015

VENCIMENTO

18/02/2015

TOTAL A PAGAR

R\$ 192,74

Acesse: www.energisa.com.br



DESTAQUE AQUI

BENEDITO DELFINO DIAS

Roteiro: 06-082-657-0016

CONTA PAGA - Data de Pagamento: 23/02/2015

VENCIMENTO

18/02/2015

TOTAL A PAGAR

R\$ 192,74

MATRÍCULA

242915-2015- 02-9



Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS - 09/05/2019 08:47:13

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19051009245700000000020492421>

Número do documento: 19051009245700000000020492421

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

20/10/15

Eu, Kenelbo Delfino Dantas,
RG nº 2.026-937, data de expedição ___/___/___, Órgão
SSP/PB, CPF nº 007.416.874-61, venho perante a este
instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em
meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo
descrito:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>Rua Pres. Juscelino Kubitschek</u>
Número	<u>511</u>
Apto / Complemento	
Bairro	<u>centro</u>
Cidade	<u>Nova Palmeira</u>
Estado	<u>PB</u>
CEP	<u>58.184.000</u>
Telefone de Contato	<u>83) 3371-2274/ 9912-5490/ 9104-9190/ 8852-4690</u>
E-mail	<u>nilotdantas@hotmail.com</u>

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Picuí-PB, 11/03/15

Assinatura do Declarante: Kenelbo Delfino Dantas



21
11/03

DECLARAÇÃO
(Lei 7.115)

Eu, Kenoldo Delfino Dias,
brasileiro(a), despachante, portador do
RG nº 2.026.937 expedido por SSP/PB e do CPF nº
007.416.874-61, residente
na(o) Rua Prus, fuscelino Kubitschek,
município de Nova Palmeira - PB, **DECLARO**, nos precisos termos do art. 1º da
lei nº 7.115 de 29 de março de 1983 (lei da desburocratização), para o fim de dispensa de
custas processuais, **QUE SOU POBRE NA FORMA DA LEI**, cuja situação econômica não
me permite pagar custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento
próprio ou da família, **BEM COMO QUE RESIDO NO ENDEREÇO ACIMA**
ENUNCIADO.

Declarando ainda, ser conhecedor(a) das sanções civis, administrativas e
criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.

Picus - PB, 11 de março de 2015.

Kenoldo Delfino Dias
DECLARANTE

(A rogo se não souber ler nem escrever)

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

DOI: 30.8/1983

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, hominímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. 2º Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

Art. 3º A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1983: 162ª da Independência e 95ª da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ibrahim Abi-Ackel/Hélia Beltrão





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL
OITAVA DELEGACIA DE POLÍCIA
Sia trecho 2 lote 1455/1475 - 3462-9600



Ocorrência Nº: 989/2012-1

Protocolo Nº: 184057/2012

IDENTIFICAÇÃO

Tipo
TRÂNSITO COM VÍTIMA

DP APURAÇÃO
OITAVA DELEGACIA DE POLÍCIA

22
07/12

DADOS BÁSICOS

Natureza da Ocorrência: **ACIDENTE DE TRANSITO COM VITIMA (15.1)**
Data da Comunicação: 06/03/2012 às 15:32 Origem da Comunicação: PÚBLICO
Data do Fato: 06/03/2012 às 15:15 (Terça-Feira)
Endereço do Fato: CRUAZAMENTO DA CIMFEL DEFRONTE AO HOTEL FANTASI, SIA.
Cidade / UF: SIA / DISTRITO FEDERAL
Praticado por menor: Ignorado Gravidade das Lesões: Ileso
Local Periciado: Sim

PERITOS

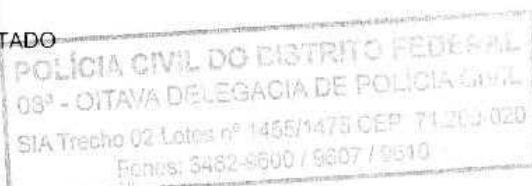
Matrícula Nome
27657X - ALDAIR NOGUEIRA DE ARAUJO (PERITO CRIMINAL)

UNIDADE MÓVEL DE ATENDIMENTO À OCORRÊNCIA

Órgão	Prefixo-VTR	Responsável	Matrícula	Unidade/Cia
DER	7010	AGENTE ALBERTO	197463-7	DER

CONDIÇÕES LOCAIS - OCORRÊNCIA DE TRÂNSITO

Tipo de Local: VIA PÚBLICA, OUTRO
Condições da Via: SECA, LUZ DO DIA
Tipo Pavimento: VIA PAVIMENTADA / BOM ESTADO
Controle de Tráfego: OUTRO.
Condições do Tempo: BOM.



PESSOAS ENVOLVIDAS

Nome: **KENALDO DELFINO DIAS**
Envolvimento: VITIMA, ENVOLVIDO / CONDUTOR
Pai: BENEDITO DELFINO DIAS
Mãe: CECILIA AMELIA DIAS
Nacionalidade: BRASILEIRA Naturalidade: NOVA PALMEIRA / PB
Data de Nascimento: 02/09/1975
Idade: 36 anos.
Sexo: Masculino.
Identidade: 2026937 Órgão Expedidor/UF: SSP / PB
Profissão: Despachante, em geral
Cargo/Função:
Endereço Residencial: COL. AGRIC VICENTE PIRES CHAC 299 LT 06 TAGUATINGA
Telefone: (61) 9624-0899
Endereço Comercial: SRES COMÉRCIO LOCAL BLOCO B LT 14 LJ 33 CRUZEIRO CENTER
Telefone: (61) 3234-7166
CPF: 007.416.874-61
Gravidade das Lesões: Ignorada

CARTEIRA DE HABILITAÇÃO

Prontuário: 02516203680 UF: Categoria: AB Validade: 20/06/2012
CNH Apreendida? Ignorado Usava Cinto de Segurança? Ignorado Usava Capacete? Ignorado





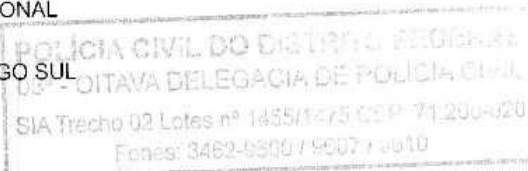
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL
OITAVA DELEGACIA DE POLÍCIA
Sia trecho 2 lote 1455/1475 - 3462-9600



Ocorrência Nº: 989/2012-1

Protocolo Nº: 184057/2012

Nome: LETÍCIA CASTELO BRANCO FIGUEIREDO
Envolvimento: ENVOLVIDO / CONDUTOR
Pai: ALMIR NEVES FIGUEIREDO
Mãe: NEILA CASTELO BRANCO FIGUEIREDO
Nacionalidade: BRASILEIRA Naturalidade: RIO DE JANEIRO / RJ
Data de Nascimento: 20/02/1975
Idade: 37 anos.
Sexo: Feminino.
Identidade: 1552302 Órgão Expedidor/UF: SSP / DF
Grau de Instrução: SUPERIOR
Estado Civil: SOLTEIRO(A)
Órgão/Empresa: CRIAPET
Endereço Residencial: AOS 07 BL B AP 104 OCTOGONAL
Telefone: (61) 3257-3800
Endereço Comercial: SHIS CL QI 11 BL F LJ 70 LAGO SUL
Telefone: (61) 3248-6161
Tel. Celular: (61) 9604-9737
CPF: 666.652.051-34
Gravidade das Lesões: Ignorada



CARTEIRA DE HABILITAÇÃO

Prontuário: 00273595309 UF: Categoria: B Validade: 13/08/2013
CNH Apreendida ? Ignorado Usava Cinto de Segurança ? Ignorado Usava Capacete ? Ignorado

VEÍCULOS ENVOLVIDOS

Vinculado a: KENALDO DELFINO DIAS
Marca/Modelo: HONDA / 150 Ano Fabricação/Modelo: /
Placa/UF: JJT5717/DF
Chassi: 9C2KD04109R021785 Renavam: 167187031
Tipo de Veículo: MOTOCICLETA Categoria: PARTICULAR Cor: PRETA
Veículo Segurado? NÃO INFORMADO
Providências Adotadas: PERICIADO.
Natureza do Acidente: COLISÃO.

Vinculado a: LETÍCIA CASTELO BRANCO FIGUEIREDO
Marca/Modelo: FIAT / UNO MILLE Ano Fabricação/Modelo: 2008/2009
Placa/UF: JHF5059/DF
Chassi: 9BD15822A96192551 Renavam: 986369950
Tipo de Veículo: AUTOMÓVEL Categoria: PARTICULAR Cor: VERMELHA
Veículo Segurado? NÃO INFORMADO
Providências Adotadas: PERICIADO.
Natureza do Acidente: COLISÃO.

HISTÓRICO

Relatou-nos o agente do DER Alberto, que sua guarnição preservou o local de acidente de trânsito envolvendo uma motocicleta X Fiat/Uno. Vítima/conductor da motocicleta socorrida ao HBB pela UTE 302 Sgto Mauricio mat. 140499-6 CBM/DF. Local periciado pelo expert PCDF Nogueira.





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL
OITAVA DELEGACIA DE POLÍCIA
Sia trecho 2 lote 1455/1475 - 3462-9600



Ocorrência Nº: 989/2012-1

Protocolo Nº: 184057/2012

A condutora do FIAT UNO de placa JHF 5059/DF declarou que estava na 3ª pista para entrar no SIA, momento em que na altura da bifurcação da pista, houve a colisão da motocicleta com o seu veículo.

24
WMO

Compareceu a esta DP MARCOS GABRIEL CASTANHO fone: 61 3576-7748, responsável pela empresa ML CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, local onde trabalha KENALDO (condutor da moto), informando que recolheu a motocicleta do local após a realização da perícia.

Local periciado pela PCDF.

A D I T A M E N T O 01

Ocorrência aditada para inclusão do CHASSI e RENAVAL da motocicleta HONDA.

AUTENTICAÇÃO

Agente: 58.188-7 - ALEXANDRE BERTINI NUNES

Delegado Chefe: 57.666-2 - FLAVIO MESSINA ALVIM

Delegado de Plantão: 85.808-0 - CLAUDIO YASSUO OTA

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
05 - OITAVA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL
SIA Trecho 02 Lotes nº 1455/1475 CEP: 71.200-020
Fones: 3462-9600 / 9607 / 9610

DESPACHO

Delegado: 57.666-2 - FLAVIO MESSINA ALVIM

1 - A SPCOM PARA APURAR.

*** HOMOLOGADA em 12/12/2013 às 12:59h ***





POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
OITAVA DELEGACIA DE POLÍCIA - 08ª DP
Sia trecho 2 lote 1455/1475 - 3462-9600
SOLICITAÇÃO DE EXAME AO IML



Memorando Nº.: 1260/2012-08ª DP
Protocolo Nº.: 184057/2012-08ª DP

Brasília/DF, 13 de Abril de 2012

JS
RUBEN

Do(a): Delegado(a) da OITAVA DELEGACIA DE POLÍCIA-08ª DP
A(o): Diretor(a) do IML/PCDF
Assunto: Solicitação de Exame ao IML
Referente Ocorrência Policial Nº: 989/2012

Apresento a Vossa Senhoria a pessoa abaixo qualificada, a fim de que a mesma seja submetida ao(s) seguinte(s) exame(s): LESÕES CORPORAIS.

Nome:	KENALDO DELFINO DIAS	Sexo:	M
Data de Nascimento:	02/09/1975	Órgão Expedidor:	SSP/PB
RG:	2026937	Grau de Instrução:	NÃO INFORMADO
Estado Civil:	NÃO INFORMADO	Nacionalidade:	BRASILEIRA
Profissão:	DESPACHANTE, EM GERAL	UF:	PB
Naturalidade:	NOVA PALMEIRA		
Pai:	BENEDITO DELFINO DIAS		
Mãe:	CECILIA AMELIA DIAS		
Endereço Residencial:	COL. AGRIC VICENTE PIRES CHAC 299 LT 06 TAGUATINGA		
Data do Evento:	06/03/2012 às 15:15 h	Flagrante:	Não

Em virtude de: ter sido vítima em acidente de trânsito.

Outrossim, solicito que os respectivo laudo seja enviado à esta Delegacia logo que esteja concluído.

Documento do paciente ou do condutor deverá ser apresentado.

Atenciosamente,

Delegado(a) de Polícia
Matricula 0757241 - MARCOS ANTONIO RAPOSO





POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICA
INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL LEONÍDIO RIBEIRO

SOLICITAÇÃO DE RELATÓRIO MÉDICO/ODONTOLÓGICO

Prezado colega: Direção HBDP

A fim de atender determinação judicial e amparado pelo Código de Ética Médica, art. 54, e pelo Código de Ética Odontológica, art. 10, §1º, alínea b, solicito que nos envie Relatório Médico/Odontológico sobre o atendimento médico de Keraldo Belfino nascido em 02/08/75, filho de Seus

atendida nesta
unidade de saúde em 06/3/12, vítima de acidente de trânsito

Brasília DF, 13/4/12

Atenciosamente,

Perito Médico Legista

CRM 8426
[Assinatura]

RELATÓRIO MÉDICO/ODONTOLÓGICO

Histórico: Paciente foi atendido em 3/3/12 às horas, na unidade de saúde HBDP vítima de: queda de moto

Descrição: (descrever as lesões e suas localizações)

Paciente vítima que queda de moto apresentou
fratura aberta de platô tibial (Shatzker 6), realizou
HO cirúrgica com aloplicap - HBMF. No momento em
tratamento e reabilitação.

Exames complementares: Rx

Diagnóstico: fratura de platô tibial em tratamento

Prognóstico: Bom

Brasília DF, 04/08/12

Nome: [Assinatura]

CRM: 19086

Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade





Hospital das Clínicas

& PRONTO SOCORRO DE FRATURAS

97
10/04

Nome: KENALDO DELFINO DIAS

Idade: 36 ANO(S)

Data: 10/04/2012

Convênio: PARTICULAR

Ficha: 308247

Médico Solicitante: EXTERNO

RADIOGRAFIA DIGITAL DO JOELHO E PERNA ESQUERDA

Osteosíntese metálica meta-epifisária proximal na tíbia.
Espaços articulares preservados.

R/ RODRIGO CARNEIRO AZEVEDO DIAS
CRM 12402DE

A interpretação de exames complementares depende da história clínica
e epidemiológica. Consulte o seu médico para a interpretação correta.
Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos através do telefone, 3471 - 8181.

QNM 17 - Conjunto "H" - Lote 16/18 - Fone: 3471-8181 - Ceilândia Sul - DF
(em frente ao Hospital Regional da Ceilândia) e-mail: psfraturas@gmail.com





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - GDF
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DF - SES
HOSPITAL DE BASE DO DISTRITO FEDERAL - HBDF
UNIDADE DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA - UTO

98
mm

RELATÓRIO DE ALTA HOSPITALAR

NOME: Kenildo Delfino Silva

Paciente internado no dia 06/03/12 pela UTO / HBDF com hipótese

diagnóstica de Fratura do platô tibial

Sendo submetido a Plaxen

Pelo Staff:

Dr. Wellton no dia 26/03/12, recebe alta segundo orientações
do Staff Dr. Américo em visita a enfermagem para o ambulatório de
Staff Dr. Wellton em 17 dias com medicações e orientações
específicas para seu caso para acompanhamento ambulatorial.

CID S-82

Código 0408050551

Data 27/03/12

Edoardo Zancanaro
Médico
CRM-DF 18368

Médico Residente





Dados do Paciente

Paciente: **KENALDO DELFINO DIAS**

Registro: 1555168

SES: 000474336

Data admissão: 06/03/2012

Data da alta: 27/03/2012

Sexo: Masculino

Data Nascimento: 02/09/1975

Idade: 36 (A) 11(M) 22(D)

Filiação: Cecília Amelia Dias

Não Inf

Endereço: CH-299 LT-06 COL. AG. VICENTE PIRES

Especialidade: Ortopedia/Traumatologia

Motivo da Admissão:

Procedência

Passagem	Status	Dt/Hr Admissão	Ala	Tipo	Dt/Hr Alta
E5087005	Atual	24/08/2012 8:00		Externo	
E4191328	Pré-Admissão	20/04/2012 7:00		Externo	
E4191488	Pré-Admissão	00/03/2012 16:00		Externo	
I555168	Fechada	06/03/2012 19:27	HBDF INT 02º - IMPAR	Interno	27/03/2012 17:04
EM-5116982	Fechada	06/03/2012 16:35	HBDF-PS Ortopedia	Emergência	06/03/2012 19:28

Queixa/História

Profissional: DANILO MELLO MATTOS Tipo: MED.RESID. - CIRURGIA Especialidade:

História descrita na GAE por falta de energia.

Hipótese Diagnóstica

Profissional: DANILO MELLO MATTOS Tipo: MED.RESID. - CIRURGIA Especialidade:

Politrauma

Conduta

Profissional: DANILO MELLO MATTOS Tipo: MED.RESID. - CIRURGIA Especialidade:

RX + analgesia

Queixa/História

Profissional: URIEL JAIME SOUSA Tipo: Medico Especialidade:

queda de moto vem com dor em joelho direito

Exame Físico

Profissional: URIEL JAIME SOUSA Tipo: Medico Especialidade:

beg,lote,eupneico,fr 17,glasgow=15,coluna cervical indolor,abdomen flacido ,pelve estavel,escoriações e dor em joelho direito

Hipótese Diagnóstica

Profissional: URIEL JAIME SOUSA Tipo: Medico Especialidade:

rx fratura de lato tibial s=5

Conduta

Profissional: URIEL JAIME SOUSA Tipo: Medico Especialidade:

orientações gerais
tc de joelho direito

Diagnóstico

06/03/2012 16:51:15 T07 Traumatismos múltiplos não especificados





Dados do Paciente

Paciente: **KENALDO DELFINO DIAS**

Registro: 1555168

30
10/11

SES: 000474336

Data admissão: 06/03/2012

Data da alta: 27/03/2012

Sexo: Masculino

Data Nascimento: 02/09/1975

Idade: 36 (A) 11(M) 22(D)

Filiação: Cecília Amelia Dias

Não Inf

Endereço: CH-299 LT-06 COL. AG. VICENTE PIRES

Especialidade: Ortopedia/Traumatologia

Motivo da Admissão:

Evoluções

Data	Hora	Anotações	Profissional
06/03/2012	17:40	#UCG Recebo RX sem laudo: Fratura de tibia direita? Paciente com edema duro em panturrilha direita. Pulsos popliteo e pedioso palpáveis. A UTO	Horacio Jorge Macedo Neto
06/03/2012	19:07	rx sem laudo fratura plato tibial d s=5 internop tto cirurgico talainguino podalica prescrição	URIEL JAIME SOUSA
09/03/2012	11:05	Fx tibia (Shatzker 6). Paciente apresentando edema+ equimose+flictenas em região topográfica da fratura de tibia. No momento com a tala aberta. CD: Discutido com Dr. Márcio e solicitado CCE para instrumentação de fixador externo transarticular. Aguardando CC.	GUILHERME SALVIANO BARI
10/03/2012	19:03	Fx tibia (Shatzker 6). Paciente apresentando edema+ equimose+flictenas em região topográfica da fratura de tibia. No momento com a tala aberta. CD: Discutido com Dr. Márcio e solicitado CCE para instrumentação de fixador externo transarticular. Aguardando CC.	Luciana Feitosa Ferrer
12/03/2012	11:22	fx plato tibial pct sem novas queixas beg lote eupnéico edema local importante flictenas em joelho D nv distal ok cd: ag cx (ilizarov?)	GUILHERME SALVIANO BARI
13/03/2012	10:12	fx plato tibial pct refere episódios febris beg lote eupnéico afebril edema local importante flictenas em joelho D sem sinais de infecção nv distal ok cd: ag cx (ilizarov?), solicito hc + bq	GUILHERME SALVIANO BARI
14/03/2012	11:20	fx plato tibial (Schatzker 6) pct nega febre beg lote eupnéico afebril edema local importante flictenas em joelho D sem sinais de infecção nv distal ok cd: ag cx (ilizarov?)	GUILHERME SALVIANO BARI





Dados do Paciente

Paciente: **KENALDO DELFINO DIAS**

Registro: 1555168

SES: 000474336

Data admissão: 06/03/2012

Data da alta: 27/03/2012

Sexo: Masculino

Data Nascimento: 02/09/1975

Idade: 36 (A) 11(M) 22(D)

Filiação: Cecília Amelia Dias

Não Inf

Endereço: CH-299 LT-06 COL. AG. VICENTE PIRES

Especialidade: Ortopedia/Traumatologia

Motivo da Admissão:

15/03/2012	10:10	fx plato tibial (Schatzker 6) pct nega febre beg lote eupnéico afebril edema local importante flictenas em Joelho D sem sinais de infecção nv distal ok cd: ag cx (ilizarov?) Retirar sonda vesical Subir para enfermaria 2º andar	FELIPE ANTONIO RUY BUAR
16/03/2012	12:12	fx plato tibial (Schatzker 6) pct nega febre beg lote eupnéico afebril edema local importante flictenas em Joelho D sem sinais de infecção nv distal ok cd: ag cx (ilizarov?) Retirar sonda vesical Subir para enfermaria 2º andar	FELIPE ANTONIO RUY BUAR
17/03/2012	9:02	Fx plato tibial (Schatzker 6) Pct nega febre, refere aumento da dor durante à noite. beg lote eupnéico afebril edema local + Ferida em processo de cicatrização de flictenas em Joelho D sem sinais de infecção (sem secreção) nv distal ok cd: ag cx (ilizarov?) VPM	PRISCILA FRANTZ RUFF
18/03/2012	10:54	Fx plato tibial (Schatzker 6) Pct nega febre, refere aumento da dor durante à noite. beg lote eupnéico afebril edema local + Ferida em processo de cicatrização de flictenas em Joelho D sem sinais de infecção (sem secreção) nv distal ok cd: ag cx (ilizarov?) VPM	FELIPE ANTONIO RUY BUAR
19/03/2012	8:23	Pcte no leito. Nega dispnéia, febre e outras queixas. BEG, eupneico, com lesões de pele em cicatrização sem sinais de infecção. Mantenho prescrição	RODOLFO LUIZ ZANCANARO
20/03/2012	7:40	Pcte no centro cirúrgico.	RODOLFO LUIZ ZANCANARO
22/03/2012	12:14	Pcte no leito, refere pouca dor na perna, nega febre. Está em uso de SVD devido a impossibilidade de ir ao banheiro e pela retenção urinária. BEG, sem sinais de infecção em trajeto dos pinos. Solicito exames de laboratório para controle	RODOLFO LUIZ ZANCANARO
23/03/2012	6:04	Pcte no leito, assintomático no momento da visita. BEG, eupneico, hidratado, corado. NV ok. Aguardo coleta de exames solicitados ontem. Mantenho prescrição.	RODOLFO LUIZ ZANCANARO
24/03/2012	6:16	Pcte no leito, assintomático no momento da visita. BEG, eupneico, hidratado, corado. NV ok. Aguardo exames solicitados ontem. Mantenho prescrição	RENATO CARLOS SIQUEIRA
25/03/2012	7:43	# Fx plato tibial (Schatzker 6) # Ilizarov dia 20/03/12 Paciente refere noite tranquila, sono preservado, sem queixas algicas. Eliminações presentes. beg, lote, eupnéico, afebril. FO em bom aspecto, sem sinais flogísticos. cd: aguardo exames + reabordagem cirúrgica	RENATO CARLOS SIQUEIRA





Dados do Paciente

32
100

Paciente: KENALDO DELFINO DIAS

Registro: 1555168

SES: 000474336

Data admissão: 06/03/2012

Data da alta: 27/03/2012

Sexo: Masculino

Data Nascimento: 02/09/1975

Idade: 36 (A) 11(M) 22(D)

Filiação: Cecília Amelia Dias

Não Inf

Endereço: CH-299 LT-06 COL. AG. VICENTE PIRES

Especialidade: Ortopedia/Traumatologia

Motivo da Admissão:

26/03/2012	7:58	Pcte no leito, refere dor na perna, nega outras queixas. BEG, eupneico, hidratado, corado. NV ok. Sem sinais de infecção em trajeto dos pinos. Mantido orientação de jejum para cirurgia hoje.	RODOLFO LUIZ ZANCANARO
27/03/2012	8:03	Pcte no PO de recolocação de Ilizarov. Nega febre, dispnéia e dor. BEG, eupneico sem sinais de infecção nos pinos. Está usando SVD CT. Mantida.	RODOLFO LUIZ ZANCANARO

Notas de Enfermagem

06/03/2012	23:43	"Paciente queixa bexiga cheia, não consegue urinar espontaneamente. Passado SVD N° 16, sem intercorrência presença de diurese em abundância."
09/03/2012	9:11	"Pte consciente, orientado, aceitando bem a dieta oferecida. Presença de tala em MID, devido fratura de fêmur, necessário abrir devido bolhas difusas em perna E. Aguarda residente para avaliação. Diurese citrica por SVD."
13/03/2012	10:18	"Paciente segue aguardando cirurgia, consciente, orientado, aceita bem a dieta, eliminações preservadas. Feito curativo em MID, lavado com SF 0,9 % Dersani bolhas secas."
20/03/2012	1:04	"RETORNOU DO CENTRO CIRURGICO AS 20 HORAS ORIENTADO EUPNEICO SEM QUE NO MOMENTO. SERÁ REABORDADO NOVAMENTE EM 20/03/12 PEO Dr. WELDSO, PEI MENHÃ."
22/03/2012	23:32	"PACIENTE ORIENTADO EUPNEICO, NORMOCORADO NORMOTENSO, HIDRATADO AFEBRIL, SEM QUEIXAS ALGICAS NO MOMENTO, MEDICADO CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICAS, INFORMA QUE ACEITA AS DIETAS ELIMINAÇÕES FISIOLÓGICAS PRESERVADAS."
24/03/2012	0:45	"PACIENTE ORIENTADO EUPNEICO. SEM QUEIXAS ALGICAS NO MOMENTO INFORMA ACEITA AS DIETAS ELIMINAÇÕES FISIOLÓGICAS PRESERVADAS. MEDICADO CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA."
26/03/2012	21:34	"RETORNOU DO CENTRO CIRURGICO ORIENTADO EUPNEICO NORMOCORADO NORMOCARDICO, COM HIDRATAÇÃO VENOSA EM ACESSO PERIFÉRICO, CURATIVO LIMPO E SECO."





Dados do Paciente

33
01/11

Paciente: KENALDO DELFINO DIAS

Registro: 1555168

SES: 000474336

Data admissão: 06/03/2012

Data da alta: 27/03/2012

Sexo: Masculino

Data Nascimento: 02/09/1975

Idade: 36 (A) 11(M) 22(D)

Filiação: Cecília Amelia Dias

Não Inf

Endereço: CH-299 LT-06 COL. AG. VICENTE PIRES

Especialidade: Ortopedia/Traumatologia

Motivo da Admissão:

Exames Realizados no Laboratório

Coxa Direita

Joelho: Ap e Lateral - Direito

Perna Direita

Tomografia Computadorizada de Joelho

Tratamento conservador de fratura em membro inferior c/ imobilização

Hemograma Completo c/ plaquetas

Glicose

Creatinina

Sódio

Potássio

ENOXAPARINA SODICA sol inj 40mg sering. 0,4ml

Hemograma Completo c/ plaquetas

Sódio

Potássio

Cloreto (soro)

Glicose

Creatinina

TENOXICAM 20mg (fco-amp)

CEFAZOLINA 1g (fco-amp)

ENOXAPARINA SODICA sol inj 40mg sering. 0,4ml

ENOXAPARINA SODICA sol inj 40mg sering. 0,4ml

TENOXICAM 20mg (fco-amp)

ENOXAPARINA SODICA sol inj 40mg sering. 0,4ml

Hemograma Completo c/ plaquetas

Glicose

Sódio

Potássio

Ureia

Creatinina

ENOXAPARINA SODICA sol inj 40mg sering. 0,4ml

Hemograma Completo c/ plaquetas

Ureia

Creatinina

TENOXICAM 20mg (fco-amp)

METOCLOPRAMIDA 5mg/ml amp 2ml



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

RECEITUÁRIO

Nome: Kenaldo Delgado Dantas Reg.:
Unid. de Saúde: Clínica: ☐ Ambulatório ☐ Emergência

Paciente encontrase internado
no PS-UTQ do HSB onde
e deva 06/03/12 para trata-
mento.

Na momento sem previsão
de alta.

S. 82

O FUMO FAZ MAL À SUA SAÚDE E À DOS OUTROS

Data: 09/03/12

Dr. Kenaldo C. Siqueira
Médico
CRM-DF 38752

Assinatura e Carimbo

Comp. 4635 Form. 46310mm N.º 05/03/08 N.º Prod. 05/03/08

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
UNIDADE DE RADIOLOGIA

REQUISICÃO DE EXAME

NOME: Kenaldo Delgado Dantas SEXO: M COR: BR
IDADE: 34 NATURALIDADE: BR
PROCEDÊNCIA: AMBULATÓRIO ☐ INTERNADO: ☐

MÉDICO INDICADO A FAZER O EXAME: Dr. Kenaldo C. Siqueira
EXAME SOLICITADO: RT Tórax e Abd

INDICAÇÕES CLÍNICAS: Fractura

CONTRASTE	IO	DO	BARITADO	CR	RM	MATRÍCULA	FILMES	CASTOS	UTERIS	PERDIDOS
							14x17			
							16x30			
							20x30			
							24x30			
							30x40			
							35x35			
							TOTAL			

DATA: 09/03/12 HORAS: 1 / 1

EXAME MARCADO

ASSINATURA DO MÉDICO

MARCAÇÃO PARA RADIOLOGIA/HBDF	
SES Nº:	000474336
DATA:	30 / 03 / 12 AS 13:00 HS.
SALAS: ()B ()E ()C ()G	
REPARO ENTREGUE: ()SIM ()NÃO	
RESP. MARCAÇÃO ASS.: <i>Iranilda</i>	MAT.: 9015663
O ATENDIMENTO SERÁ REALIZADO POR ORDEM DE CHEGADA	



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
UNIDADE DE RADIOLOGIA

REQUISIÇÃO DE EXAME

NOME: Rinaldo Felipe Dias REGISTRO: 35000
 IDADE: _____ SEXO: _____ COR: _____ NATURALIDADE: _____
 PROCEDÊNCIA: _____ AMBULATÓRIO ☐ INTERNADO ☐

MÉDICO INDICADO A FAZER O EXAME: _____
 EXAME SOLICITADO: RA Lomg e AP+P
Seicho e AP+P

INDICAÇÕES CLÍNICAS: Fratura

CONTRASTE ml		FILMES CASTOS	
IODADO	BARITADO	UTEIS	PERDIDOS
		14x17	
		16x30	
		20x30	
		24x30	
		30x40	
		35x35	
		TOTAL	

CRM: _____ MATRÍCULA: _____

27/03/14 DATA ASSINATURA DO MÉDICO Rodolfo Zancanaro
 EXAME MARCADO DATA: ____/____/____ HORAS: ____

MOD. 45.05 - COD. COMPUTADOR 40269 - FORMATO 140 x 175 mm

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
UNIDADE DE RADIOLOGIA

REQUISIÇÃO DE EXAME

NOME: Rinaldo Dias REGISTRO: _____
 IDADE: _____ SEXO: _____ COR: _____ NATURALIDADE: _____
 PROCEDÊNCIA: _____ AMBULATÓRIO ☐ INTERNADO ☐

MÉDICO INDICADO A FAZER O EXAME: _____
 EXAME SOLICITADO: Rx Seicho (D)

INDICAÇÕES CLÍNICAS: Controle

CONTRASTE ml		FILMES CASTOS	
IODADO	BARITADO	UTEIS	PERDIDOS
		14x17	
		16x30	
		20x30	
		24x30	
		30x40	
		35x35	
		TOTAL	

CRM: _____ MATRÍCULA: _____

13/04/14 DATA ASSINATURA DO MÉDICO Waldson Muniz
 EXAME MARCADO DATA: ____/____/____ HORAS: ____

MOD. 45.05 - COD. COMPUTADOR 40269 - FORMATO 140 x 175 mm



DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

36
mm

Eu, Kenoldo Delgado Dias, portador da carteira de identidade nº 2.026.937 e inscrito no CPF/MF sob o nº 007.416.874-61, residente e domiciliado na Rua Pres. Juscelino Kubitschek, Cidade Wacá Palmeria, Estado PR, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- (X) Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
- () O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- () O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

Kenoldo Delgado Dias

Assinatura do declarante
conforme documento de identificação

Wacá Palmeria, 11/03/15

Local e data



Superior Tribunal de Justiça

37
1002

RECURSO ESPECIAL Nº 1.388.030 - MG (2012/0231069-1)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
RECORRENTE : **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**
ADVOGADOS : **BAYARD PEIXOTO ALVIM**
GREICE LUZIA POZZA E OUTRO(S)
RECORRIDO : **EDNA MARINA NASCIMENTO PASSOS**
ADVOGADO : **VITOR BIZARRO FRAGA E OUTRO(S)**
INTERES. : **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO CONSUMIDOR - MPCON - "AMICUS CURIAE"**
ADVOGADO : **LEANDRO SILVA**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. SEGURO DPVAT. TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO. CIÊNCIA INEQUÍVOCA DO CARÁTER PERMANENTE DA INVALIDEZ. NECESSIDADE DE LAUDO MÉDICO.

1. Para fins do art. 543-C do CPC:

1.1. O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez.

1.2. Exceto nos casos de invalidez permanente notória, a ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez depende de laudo médico, sendo relativa a presunção de ciência.

2. Caso concreto: Inocorrência de prescrição, não obstante a apresentação de laudo elaborado quatro anos após o acidente.

3. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia SEGUNDA Seção do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Para os efeitos do artigo 543, C, do Código de Processo Civil, foram definidas as seguintes teses: i.1. O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez; i.2. Exceto nos casos de invalidez permanente notória, a ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez depende de laudo médico, sendo relativa a presunção de ciência. Os Srs. Ministros Maria



Superior Tribunal de Justiça

38
0001

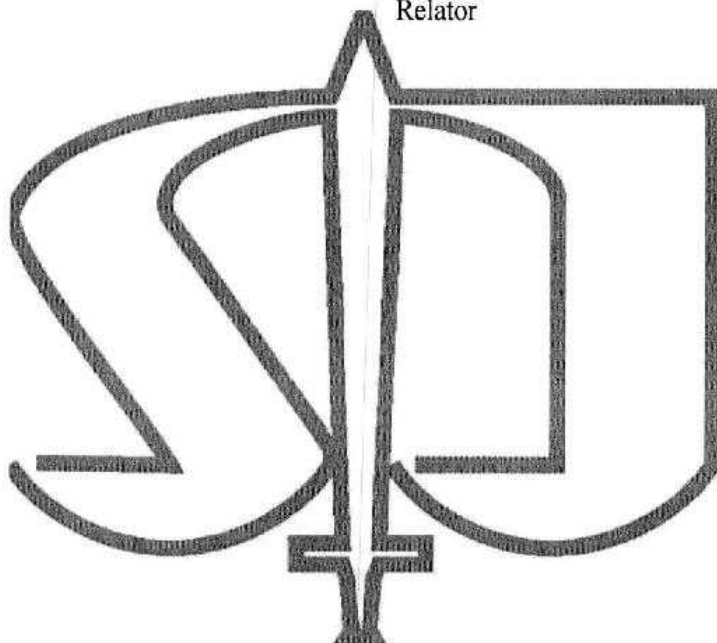
Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Buzzi, Nancy Andrichi, João Otávio de Noronha, Sidnei Beneti e Raul Araújo votaram com o Sr. Ministro Relator.

Sustentou, oralmente, o Dr. SERGIO BERMUDEZ, pela RECORRENTE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.

Brasília, 11 de junho de 2014. (Data de Julgamento)

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO

Relator



PODER JUDICIARIO DO ESTADO DA PARAIBA
COMARCA DE PICUI - CENTRAL DE DISTRIBUICAO

Tipo de distribuição: SORTEIO - 30/07/2015 11 horas 08 minutos

Processo: 0000884-76.2015.815.0271

Classe: PROCEDIMENTO SUMARIO

SEGURO

Valor da causa : 13500,00

Serie : 11

Autor : KENALDO DELFINO DIAS

Reu : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO

Vara : VARA UNICA DE PICUI

Juiz : JEREMIAS DE CASSIO CARNEIRO DE

Promotor: ALCIDES LEITE DE AMORIM

39
RM



CONCLUSÃO

Concluído nesta data no MM. Juiz

Direito

Pela 12 08 15

Escritão / Escrivão





**ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE PICUÍ**

DESPACHO

Vistos, etc.

Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, trazer aos autos comprovação documental de sua hipossuficiência financeira, Lei 1.050/1960, (carteira de trabalho, declaração de imposto de renda (ou de sua isenção), holerite, etc.), para fins de análise de gratuidade de justiça ou, que efetue o pagamento das custas processuais no mesmo prazo. Sob pena de cancelamento na distribuição.

Picuí, 20 de agosto de 2015.

ANA CHRISTINA SOARES PENAZZI COELHO
Juíza de Direito em Substituição

DATA
Expedida nesta data em Cartório
Piauí, 27.08.15

Escritário/Escrevente

CERT. DA
Certifico que expedii NOTA DE
FORO Nº 182/15 Doc 11
Picuí, 01.09.15

Escritário/Escrevente





- 00730 Processo: 0005748-73.2013.8.15.0281 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUT. ALYSON EDUARDO ALMEIDA SOARES ADV. RAFAEL FARIAS VIANA BATISTA, REU. BANCO AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO ADV. EIMAR DE PAIVA MACEDO. Despacho: Intime-se as partes para, em 05 (cinco) dias, o autor, empossar a procuração e o representante em produzir provas, especificando-as ou se estão satisfeitos com as já produzidas.
- 00731 Processo: 0005511-46.2015.8.15.0281 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUT. ARSEMIRO OLIVEIRA DOS SANTOS FILHO ADV. BETHULLA LUIZ FREIRE SABINO, AUT. CRIVANIA PEREIRA ALVES OLIVEIRA Despacho: Intime-se a liminar defendida. Intime-se os autores, para que os promovedores Assa Clara e a Olyvia de Almeida Pereira Oliveira, no prazo de dez dias, indiquem seu representante, bem assim, a ordem de produção da prova.
- 00732 Processo: 0005668-12.2012.8.15.0281 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUT. ADRIANNA NOBREGA LUSTOSA ADV. JOSEFA PAZ BEZERRA, REU. AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS S/A ADV. ELISIA HELENA DE MELO MARTINI Despacho: Intime-se as partes para o acolhimento das provas e a produção de prova em 10 (dez) dias. Justificando o pedido para, em 05 (cinco) dias, apresentar a defesa e a ordem de produção da prova.
- 00733 Processo: 0005739-61.2015.8.15.0281 - BUSCA E APREENSÃO EM AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS S/A ADV. ISABELLE MACHADO SERRANO ARAUJO, REU. JOAO SOLZA NASCIMENTO IOMAR CORDONATO INTIME-SE a autora para informar se foi provida a entrega do bem.
- 00734 Processo: 0005558-27.2015.8.15.0281 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUT. BANCO BRASECO FINANCIAMENTO S/A ADV. VINICIUS ARAUJO CAVALCANTE MOREIRA, REU. ROSA TATIANA CRUZ DE MEDEIROS ADV. Osmundo Intime-se a parte autora para se manifestar acerca de certidão de nascimento.
- 00735 Processo: 0005627-93.2011.8.15.0281 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUT. MARY NHA SHEA RAM PAIO LOFFE COSTARELLI, CARA DAS COZ NHA NORBERTO MOCES LIDIAHLU, ITALINA INO DE MOCES LTDA ADV. VLADIMIR MINA VALADARES DE ALMEIDA, CHRISTIANNE BAYONARA DO N GUIMARAES, REU. AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS S/A ADV. ELISIA HELENA DE MELO MARTINI Despacho: Intime-se as partes para, em 10 (dez) dias, efetuar o pagamento das custas processuais finais, sob pena de incidência na dívida ativa do Estado.
- 00736 Processo: 0005762-20.2015.8.15.0281 - LUXICAO AUT. MARIA VILANI MENDES RIBEIRO ADV. HILTON HRL MARTINS MAIA, REU. BANCO BNC S/A ADV. Osmundo Intime-se a parte autora para se manifestar acerca da petição e documentos de fls. 16/8.
- 00737 Processo: 001585-55.2014.8.15.0281 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUT. ALEXANDRE DE SOUSA MONTE ADV. TACIANO FONTES DE FREITAS, Não Oritório: A impugnação, no prazo legal.

PAULISTA

- VARA ÚNICA DA COMARCA DE PAULISTA NF 065/15 (INTIMACAO: ART. 236 DO CPC).
- 00738 Processo: 0002668-20.2015.8.15.1171 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUT. SATURNINO DE ALMEIDA MARTINS ADV. VIGOLINO CALMTO TERCERO JUSKAYVIA DANTAS GOMES, REU. CAGEFACADE ADIVIA E OSMUNDOS DANTAS DANTAS Despacho: Intime-se o JUIZ AO D. U. LLAAN BICHADA prestando a fim de determinar a CAGEFA que se abstenha de cobrar judicial ou extrajudicialmente, a multa by pass.

PEDRAS DE FOGO

- VARA ÚNICA DE PEDRAS DE FOGO NF 141/15 (INTIMACAO: ART. 236 DO CPC).
- 00739 Processo: 0005739-61.2015.8.15.0281 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUT. JOSE MATEO ARAUJO DE SOUZA ADV. BISMARK MARTINS DE OLIVEIRA, AUT. CLAUDIANE PEREIRA DE ARAUJO ADV. BISMARK MARTINS DE OLIVEIRA, REU. M. F. MELO COM VAREJISTA, LTA ADV. CLARA ASSIS DE ANDRADE Despacho: Intime-se o requerente para, em 10 (dez) dias, informar se a dívida foi paga integral e os autos podem ser arquivados ou se há necessidade de produção de prova.
- 00740 Processo: 0005531-06.2015.8.15.0281 - BUSCA E APREENSÃO EM AUTOR: BV FINANCEIRA S/A CFI ADV. SERGIO SCHULZE, Despacho: Intime-se a liminar concedida.
- 00741 Processo: 0005533-76.2015.8.15.0281 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUT. IVANILDO DE NORONHA ADV. ARLINGTON ALMEIDA LEITE CAVALCANTE OLIVEIRA SOARES, REU. BANCO DO BRASIL S/A Despacho: Intime-se a advogada do promovedor para, em 05 (cinco) dias, apresentar a defesa e a ordem de produção da prova.
- 00742 Processo: 0005558-27.2015.8.15.0281 - BUSCA E APREENSÃO EM AUTOR: BANCO BRASECO FINANCIAMENTO S/A ADV. WILSON SALES BELCHIOR, Despacho: Intime-se a liminar concedida.
- 00743 Processo: 0005739-61.2015.8.15.0281 - BUSCA E APREENSÃO EM AUTOR: JULIANA VASCONCELOS ALVES FERNANDES DE CARVALHO, AUT. L. C. M. G. ADV. JULIANA VASCONCELOS ALVES FERNANDES DE CARVALHO, REU. J. M. M. REU. M. P. M. M. Despacho: Intime-se a Condição a medida liminar. Defenda e guarda provisória. Autoria a inclusão dos menores no plano de saúde dos promovedores. Intime-se os responsáveis para virem assinar o termo de guarda provisória. 10 (dez) dias.
- 00744 Processo: 0005739-61.2015.8.15.0281 - BUSCA E APREENSÃO EM AUTOR: JOSEFA DE ALMEIDA FERREIRA ADV. JACEMY MENDONÇA BEZERRA, AUT. POSLENE VALADARES DE ALMEIDA ADV. JACEMY MENDONÇA BEZERRA, AUT. JORJAN MAIA ADV. JACEMY MENDONÇA BEZERRA, ASS. STENETE DOMP. JOSE CARLOS DE ALMEIDA ADV. JACEMY MENDONÇA BEZERRA, Despacho: Intime-se a parte autora para, em 10 (dez) dias, apresentar a defesa e a ordem de produção da prova.
- 00745 Processo: 0005739-61.2015.8.15.0281 - BUSCA E APREENSÃO EM AUTOR: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL, HONDA LTDA ADV. ANA CAROLINA FREIRE TERTULIANO, Despacho: Intime-se o autor, por seu advogado, para requerer o que é de direito.

PIANCO

- 1A. VARA DE PIANCO NF 135/15 (INTIMACAO: ART. 236 DO CPC).
- 00746 Processo: 0005748-73.2013.8.15.0281 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUT. JOSE AVANILDO LOPES RODRIGUES ADV. JOSE NUNES DE FREITAS, REU. ROTHY FERRO 1132 Despacho: Intime-se a parte autora para tomar conhecimento da certidão de fls. 20, a requerer o seu entendimento de direito, em 10 (dez) dias.
- 00747 Processo: 0005558-27.2015.8.15.0281 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUT. GABRIEL MACEDO DE LIMA ADV. GILDERLANDO ALVES PEREIRA, REU. BANCO BRADESCO S/A Despacho: Intime-se a audiência designada para o dia 30/09/2015 pelas 09:30 horas.
- 00748 Processo: 0005739-61.2015.8.15.0281 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUT. JOSEFA DE ALMEIDA FERREIRA ADV. JACEMY MENDONÇA BEZERRA, AUT. POSLENE VALADARES DE ALMEIDA ADV. JACEMY MENDONÇA BEZERRA, AUT. JORJAN MAIA ADV. JACEMY MENDONÇA BEZERRA, ASS. STENETE DOMP. JOSE CARLOS DE ALMEIDA ADV. JACEMY MENDONÇA BEZERRA, Despacho: Intime-se a parte autora para, em 10 (dez) dias, apresentar a defesa e a ordem de produção da prova.
- 00749 Processo: 0005739-61.2015.8.15.0281 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUT. OLAVO PEREIRA DA SILVA ADV. GILDERLANDO ALVES PEREIRA, REU. BANCO ITAU S/A Despacho: Intime-se a audiência designada para o dia 30/09/2015 pelas 10:00 horas.
- 00750 Processo: 0005739-61.2015.8.15.0281 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUT. OLAVO PEREIRA DA SILVA ADV. GILDERLANDO ALVES PEREIRA, REU. BANCO ITAU S/A Despacho: Intime-se a audiência designada para o dia 30/09/2015 pelas 10:00 horas.
- 00751 Processo: 0005558-27.2015.8.15.0281 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUT. COSMA CARVALHO DE ALMEIDA LEITE ADV. AMILTON PIRES DE ALMEIDA ARAUJO, REU. INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Despacho: Intime-se a decisão proferida nos autos.
- 00752 Processo: 0005739-61.2015.8.15.0281 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUT. SUENEIDE NUNES GALDINO ADV. DAMIAO GUIMARAES LEITE, REU. MUNICIPIO DE EMAS ADV. JOSE MARCILIO BATISTA, Despacho: Intime-se a audiência designada para o dia 09/09/2015 pelas 09:30 horas.
- 00753 Processo: 0005739-61.2015.8.15.0281 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUT. CELILIA PULHINA SOARES ADV. DAMIAO GUIMARAES LEITE, REU. MUNICIPIO DE EMAS ADV. JOSE MARCILIO BATISTA, Despacho: Intime-se a audiência designada para o dia 09/09/2015 pelas 09:30 horas.
- 00754 Processo: 0005739-61.2015.8.15.0281 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUT. MARIA CELIA DE ARAUJO MARTINS ADV. FRANCISCO DE ASSIS REMIGIO JACQUES MARCILIO BATISTA, REU. ENERGIAS PARA SA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A ADV. OSMUNDO GASTANO XAVIER RIBEIRO, PORTO AMONIM GULDES GEORGE OTTAVIO BRASILINO OLEGARIO, Despacho: Intime-se a audiência designada para o dia 09/09/2015, às 09:30 horas.
- 00755 Processo: 0005739-61.2015.8.15.0281 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUT. JOSELAIA ALVES FERREIRA ADV. DAMIAO GUIMARAES LEITE, REU. MUNICIPIO DE EMAS ADV. JOSE MARCILIO BATISTA, Despacho: Intime-se a audiência designada para o dia 09/09/2015 pelas 09:30 horas.
- 00756 Processo: 0005739-61.2015.8.15.0281 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUT. JOSELAIA ALVES FERREIRA ADV. DAMIAO GUIMARAES LEITE, REU. MUNICIPIO DE EMAS ADV. JOSE MARCILIO BATISTA, Despacho: Intime-se a audiência designada para o dia 09/09/2015 pelas 09:30 horas.
- 00757 Processo: 0005739-61.2015.8.15.0281 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUT. MARCONILIA MARIANO FELIPE HENRIQUE ADV. DAMIAO GUIMARAES LEITE, REU. MUNICIPIO DE EMAS Despacho: Intime-se a audiência designada para o dia 30/09/2015 pelas 10:00 horas.

- 1A. VARA DE PIANCO NF 135/15 (Intimacão: Art. 236 do CPC).
- 00758 Processo: 0002559-09.2014.8.15.0281 - PROCEDIMENTO ESPECIAL REU. THOMAS NICOLAS MIGUEL ADV. KENNYA JULIANA A DE S. CRISTOVAM, REU. JOAO FELIX DE AZEVEDO FILHO ADV. JOSE MARCILIO BATISTA, REU. JOAO ROBERTO DE ANDRADE FILHO ADV. CLAUDIO FRANCISCO DE ARAUJO XAVIER, Despacho: Intime-se a defesa para a apresentação alegações finais, no prazo legal.

- 2A. VARA DE PIANCO NF 136/15 (INTIMACAO: ART. 236 DO CPC).
- 00759 Processo: 0002559-09.2015.8.15.0281 - BUSCA E APREENSÃO EM AUTOR: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS S/A ADV. HENRIQUE BURIL WEBER, PAULO GUSTAVO COELHO DA CARVALHEIRA, JOAO ALBERTO DA CUNHA FILHO, REU. JOSE ANCHIETA MIGUEL Sentença: Juízo extinto a presente processo sem julgamento do mérito.

- 00760 Processo: 0002559-09.2015.8.15.0281 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUT. CAROLY ALVES DE LACERDA ADV. MANOEL WEVERTON FERNANDES PEREIRA, Sentença: Juízo extinto a presente processo sem julgamento do mérito.
- 00761 Processo: 0001924-94.2013.8.15.0281 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA AUT. MARIA LUCIA DE OLIVEIRA ADV. ALEXANDRE DA SILVA OLIVEIRA, REU. MUNICIPIO DE OLHO D'ÁGUA ADV. BRUNO DA NOBREGA CARVALHO, Sentença: Processo extinto.
- 00762 Processo: 0001924-94.2013.8.15.0281 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA AUT. EDILENE GABRIEL DE SOUSA BATISTA ADV. ALEXANDRE DA SILVA OLIVEIRA, REU. MUNICIPIO DE OLHO D'ÁGUA ADV. BRUNO DA NOBREGA CARVALHO, Sentença: Processo extinto.
- 00763 Processo: 0002668-20.2015.8.15.0281 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUT. MARIA SUELY LOPES PEREIRA ADV. PAULO CESAR CONSERVA, REU. MUNICIPIO DE GARAPY ADV. JOSE MARCILIO BATISTA, Sentença: Pedido julgado procedente.

- 2A. VARA DE PIANCO NF 140/15 (INTIMACAO: ART. 236 DO CPC).
- 00764 Processo: 0001924-94.2015.8.15.0281 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUT. FRANCISCA NAZARETH FERNANDES ADV. ALTON AZEVEDO DE LACERDA, ANA KALLINE LEONARDO ANTAS ALMEIDA, Despacho: Intime-se a parte autora para a apresentação da defesa, sob pena de danos a pedido de antecipação de tutela.

PICUI

- VARA ÚNICA DA COMARCA DE PICUI NF 122/15 (INTIMACAO: ART. 236 DO CPC).
- 00765 Processo: 0005739-61.2015.8.15.0271 - FROCLIMINUT DO JUIZ AUT. EDGAR SMITH NETO ADV. EDGAR SMITH NETO, Sentença: Cumpria-se. Extinção do processo sem julgamento do mérito. Art. 267, do CPC.
- 00766 Processo: 0005558-27.2015.8.15.0271 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUT. BERNARDETE MACDO DOS SANTOS GUIMARAES ADV. ATEMARIO GOMES DOS SANTOS, Despacho: Acordo homologado.
- 00767 Processo: 0005739-61.2015.8.15.0271 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUT. DENILDO ANTON DO NASCIMENTO ADV. ATEMARIO GOMES DOS SANTOS, REU. ACACIA TAFADA DANTAS HENRIQUES ADV. JOAGNY AUGUSTO COSTA DANTAS, Sentença: Intime-se as partes da sentença que já foi extinta o processo sem julgamento do mérito.
- 00768 Processo: 0005558-27.2015.8.15.0271 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUT. FABIANA DE FATIMA MEDEIROS AGRA ADV. FABIANA DE FATIMA MEDEIROS AGRA, REU. SUBMARINO BZN CIA DIGITAL ADV. FELIPE GAZOLLA VIEIRA MARQUES, Sentença: Acordo homologado.
- 00769 Processo: 0005558-27.2015.8.15.0271 - ALIMENTOS - LEI E SUP. AUT. ATRIANO GOMES DE SANTOS ADV. ATEMARIO GOMES DOS SANTOS, Despacho: Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar a inicial, corrigindo o valor da causa, considerando que, in casu, este, a alega e respeito, aplica-se por analogia, o art. 259, IV, CPC, sob pena de extinção do processo.
- 00770 Processo: 0005558-27.2015.8.15.0271 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUT. KHALIL DELFINO DAS ADV. NILO TRIGUEIRO DANTAS, Despacho: Intime-se a parte autora para, no prazo de dez (10) dias, trazer os autos, comprovando o documento de sua filiação/filial financeira, para fins da análise de graduação de justiça ou atenuar o pagamento das custas processuais.
- 00771 Processo: 0005558-27.2015.8.15.0271 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUT. G. CHARLES DANTAS SMOER ADV. MARCIO RANIERE DE OLIVEIRA PINHEIRO, Despacho: Intime-se a parte autora para efetuar o pagamento das custas processuais, no prazo de quinze (15) dias, sob pena de extinção do processo.
- 00772 Processo: 0004058-95.2015.8.15.0271 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUT. PAULO D. V. TAVAN DO SANTOS OLIVEIRA ADV. PAULO CESAR DE MEDEIROS, REU. ENERGIAS PARA SA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A ADV. GEORGE OTTAVIO BRASILINO OLEGARIO, Despacho: Intime-se a parte autora para a apresentação das contrarrazões no prazo legal.

- VARA ÚNICA DA COMARCA DE PICUI NF 122/15 (Parágrafo 2º, do Art. 370 do CPC com redação da Lei 8.701 de 01-09-93).

- 00773 Processo: 0005558-27.2015.8.15.0271 - AÇÃO PENAL - FROCLIMINUT DO JUIZ AUT. GLAUBER MENDES LEITE ADV. WERONAU FERREIRA LEITE, BRUNO MENDES LEITE, INDICIADO: GLAUBER MENDES LEITE ADV. WERONAU FERREIRA LEITE, BRUNO MENDES LEITE, Despacho: Intime-se os autos por se tratar de defesa, para apresentar as alegações finais no prazo legal.
- 00774 Processo: 0005558-27.2015.8.15.0271 - AÇÃO PENAL - FROCLIMINUT DO JUIZ AUT. JERONIMO DE ALMEIDA ADV. DAVID DA SILVA SANTOS, Despacho: Intime-se a parte autora para a apresentação das alegações finais no prazo legal.
- 00775 Processo: 0005558-27.2015.8.15.0271 - AÇÃO PENAL - FROCLIMINUT DO JUIZ AUT. FRANCISCO HIGUALDO DOS SANTOS ADV. JOSE ROZENALDO DA SILVA DANTAS, Despacho: Intime-se a parte autora para apresentar as alegações finais no prazo legal.

PILAR

- VARA ÚNICA DE PILAR NF 116/15 (INTIMACAO: ART. 236 DO CPC).
- 00776 Processo: 0005739-61.2015.8.15.0281 - FROCLIMINUT DO JUIZ AUT. BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A ADV. DAVID SOUZA PEIXOTO, NAZARENE BEZERRA FARIAS DE SOUZA, Despacho: Intime-se a parte autora para requerer o que entender de direito.
- 00777 Processo: 0005739-61.2015.8.15.0281 - FROCLIMINUT DO JUIZ AUT. BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A ADV. DAVID SOUZA PEIXOTO, NAZARENE BEZERRA FARIAS DE SOUZA, Despacho: Intime-se a parte requerente para requerer o que entender de direito.

POCINHOS

- VARA ÚNICA DE POCINHOS NF 121/15 (INTIMACAO: ART. 236 DO CPC).
- 00778 Processo: 000442-76.2015.8.15.0541 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUT. EDNA BASILIO DOS SANTOS ADV. PAULO JOSE DE ASSIS CUNHA, Despacho: Audiência designada para o dia 29/09/2015, às 09:30 horas, no Fórum Local de Pocinhos.
- 00779 Processo: 000442-76.2015.8.15.0541 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUT. GLORIA DE LOURDES DOS SANTOS SOUZA ADV. PAULO JOSE DE ASSIS CUNHA, REU. BANCO PAN S/A Despacho: Audiência designada para o dia 29/09/2015 às 09:30 horas no Fórum local.
- 00780 Processo: 000442-76.2015.8.15.0541 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUT. GRACA DE LOURDES SAMPAYO APOLINARIO ADV. PAULO JOSE DE ASSIS CUNHA, REU. BANCO ITAU UNICONSIGNAÇÃO S/A Despacho: Audiência designada para o dia 29/09/2015 às 09:30 horas no Fórum local.
- 00781 Processo: 000442-76.2015.8.15.0541 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUT. MABEL MYSLANE MORAIS MIRANDA ADV. RAIANA QUIRINO DANTAS, REU. ICES INSTITUTO CAMPINEENSE DE ENSINO SUPERIOR Despacho: Audiência designada para o dia 29/09/2015 às 09:30 horas no Fórum local.
- VARA ÚNICA DE POCINHOS NF 121/15 (Parágrafo 2º, do Art. 370 do CPC com redação da Lei 8.701 de 01-09-93).
- 00782 Processo: 000442-76.2015.8.15.0541 - AÇÃO PENAL - FROCLIMINUT DO JUIZ AUT. ERASMO APOLINARIO DE SOUZA ADV. BISMARK MARTINS DE OLIVEIRA, Despacho: Juiz sessão designada para 13:00 horas, no Fórum Local de Pocinhos.
- 00783 Processo: 000442-76.2015.8.15.0541 - AÇÃO PENAL - FROCLIMINUT DO JUIZ AUT. NIVALDO DA SILVA SANTOS ADV. MICHELENE HELIA ARAUJO LIMA, VITIMA: SUZANA EDELFONSO BARRIOS Sentença: Juízo procedente em parte a presente demanda.
- 00784 Processo: 000442-76.2015.8.15.0541 - AÇÃO PENAL - FROCLIMINUT DO JUIZ AUT. FRANCISCO WANDERLEY DA COSTA ADV. JOSE MARCON RAMOS DE ASSIS ADV. MARK ALVES DE OLIVEIRA LIMA, Despacho: Intime-se o Advogado de reu para o Juiz designado para o dia 11/11/2015 às 09:30 horas, no Fórum Local de Pocinhos-PB.
- 00785 Processo: 000442-76.2015.8.15.0541 - TERMO CIRCUNSTANCIAL VITIMA: VENERANDO ANTONIO LEAL ADV. JOSE WASHINGTON MACHADO, Despacho: Audiência designada para o dia 08/10/2015, às 11:00 horas, no Fórum Local de Pocinhos.

POMBAL

- 1A. VARA DE POMBAL NF 148/15 (INTIMACAO: ART. 236 DO CPC).
- 00786 Processo: 0005739-61.2015.8.15.0301 - PROCEDIMENTO DO JUIZ REU: NILDO FREITAS DANTAS ADV. ADMILSON LEITE DE ALMEIDA JUNIOR, MARIA DO CARMO ELIDA DANTAS PEREIRA, Despacho: Intime-se a parte ré para apresentar alegações finais, em dez dias.
- 1A. VARA DE POMBAL NF 148/15 (Parágrafo 2º, do Art. 370 do CPC com redação da Lei 8.701 de 01-09-93).
- 00787 Processo: 0005739-61.2015.8.15.0301 - AÇÃO PENAL - FROCLIMINUT DO JUIZ REU: WAGNER BRUCE DE ASSIS GALDINO ADV. DIONISERSON JOSE DE FRANCA, Sentença: Intime-se a defesa para a apresentação das alegações finais, no prazo legal.
- 00788 Processo: 0005739-61.2015.8.15.0301 - AÇÃO PENAL - FROCLIMINUT DO JUIZ REU: ERNANDO ALVES DA SILVA ADV. JOSE WELTON DE MELO, JOSE WILLIAM DE SOUZA, ARNALDO MARQUES DE SOUSA, Sentença: Intime-se a defesa da parte promovida para tomar conhecimento da sentença que condenou o acusado.



RECEBIDA
a Petição
16 09 15
Nun



arg. de c.



TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

DATA
Recebido nesta data em Cartório
Rec. 15 / 04 / 15
Escrito / Escrito

42
Jm

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUI – ESTADO DA PARAÍBA.

PROCESSO Nº. 0000884-76.2015.815.0271

KENALDO DELFINO DIAS, já devidamente qualificado nesses autos dessa ação de Cobrança, Vem, através de seu procurador, Advogado “in fine” assinado, mui respeitosamente a presença de Vossa Excelência, nos termos do art. 1º da lei nº 1060 de 5 DE FEVEREIRO DE 1950 e na Lei 7.115 de 29 de março de 1983, **REQUERER** a dispensa do pagamento de custas processuais, visto que o requerente se encontra **desempregado, conforme se depreende das cópias da sua CTPS sem nenhuma anotação laboral no momento**, sendo consequentemente necessitado na forma da lei, e, não tem condições de arcar com o ônus processual sem afetar sua própria manutenção e de sua família, razão pela qual roga que seja o mesmo dispensado do pagamento de quaisquer custas judiciais referentes a esse presente feito judicial.

Ademais, é justamente com fulcro no que enuncia a LEI ORDINÁRIA N. 1.060, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1950, QUE DISPÕE SOBRE A JUSTIÇA GRATUITA, que o autor vem a esse juízo explicitar o seu direito a isenção de todas as taxas judiciárias;

Destarte, in verbis, o art 3º da mencionada lei:

“Art. 3º A assistência judiciária compreende as seguintes isenções:

I - das taxas judiciárias e dos selos;

II - dos emolumentos e custas devidos aos juizes, órgãos do Ministério Público e serventuários da Justiça;

III - das despesas com as publicações indispensáveis no jornal encarregado da divulgação dos atos oficiais;

IV - das indenizações devidas às testemunhas que, quando empregados, receberão do empregador salário integral, como se em serviço estivessem, ressalvado o direito regressivo contra o poder público federal, no Distrito Federal e nos Territórios, ou contra o poder público estadual, nos Estados;

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

43
com

V - dos honorários de advogado e peritos;

VI - das despesas com a realização do exame de código genético - DNA que for requisitado pela autoridade judiciária nas ações de investigação de paternidade ou maternidade.

VII - dos depósitos previstos em lei para interposição de recurso, ajuizamento de ação e demais atos processuais inerentes ao exercício da ampla defesa e do contraditório.

Parágrafo único. A publicação de edital em jornal encarregado da divulgação de atos oficiais, na forma do inciso III, dispensa a publicação em outro jornal".

ainda o art. 9º da Lei 1060/50:

Bem como, nesse mesmo sentido acentua

"Art. 9º Os benefícios da assistência judiciária compreendem todos os atos do processo até a decisão final do litígio, em todas as instâncias".

Logo, como aduzido acima, os BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA ACOBERTAM TODOS OS ATOS DO PROCESSO ATÉ A DECISÃO FINAL, EM TODAS AS INSTÂNCIAS, razão pela qual não possui condão legal o despacho de Vossa Excelência que determinou ao autor, beneficiário da justiça gratuita, ao pagamento das custas processuais.

Então, DEFERIDO O PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA FORMULADO NA INICIAL, nada mais justo do que mantê-lo até o final desse presente processo judicial.

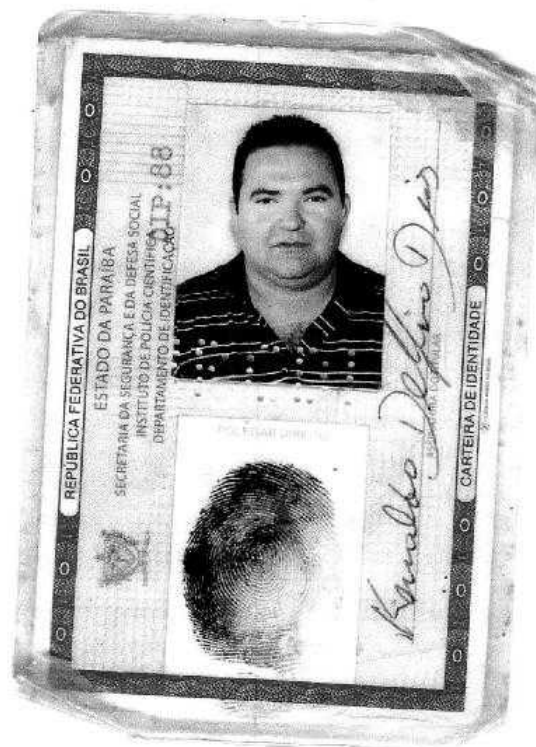
Portanto, diante de todo o exposto, requer o autor que seja dispensado do pagamento das custas judiciais, reivindicando para tanto as benesses da Lei 1.060/50.

Nestes Termos,
Pede deferimento.

Picui - PB, 14 de setembro de 2015.

NILO TRIGUEIRO DANTAS
OAB-PB 13.220





45
mm



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

2ª UTA



Número 09335 Série 0006/PB



Kenneth Delfino Dias
ASSINATURA DO PORTADOR



QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome KENALDO DELFINO DIAS
 Loc. Nasc. NOVA PALMEIRA Est. PB Data 07/09/75
 Filiação BENEDITO DELFINO DIAS e CECÍLIA AMÉLIA DIAS
 Doc. Nº CI 2026833 SSP/PB

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em / / Doc. Ident. Nº
 Exp. em / / Estado
 Obs.:
 Data Emissão 28/06/07

Assinatura do Funcionário

DF

ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE (Com relação nome, est. civil e data nasc.)

Nome
 Doc.
 Nome
 Doc.
 Nome
 Doc.
 Est. Civil
 Doc.
 Est. Civil
 Doc.
 Nascimento
 Doc.
 Doc.

9

46
mm



03 288 908/0001-30

CONTRATO DE TRABALHO

Serviço Social do Comércio - SESC

Administração Regional - SESC

Empregador

SCS Qd. 02 Bl. "C" Nº 227 4º Andar

Ed. Presidente Dutra

CNPJ/MF C.E.P.: 70.317-900

Rua BRASÍLIA - DF

Município Est.

Esp. do estabelecimento **Assistência Social**

Cargo **Assistente Social**

Técnicas CBO nº

Data admissão **29** de **junho** de **2002**

Registro nº **2060** Fls./Ficha **FRE**

Remuneração especificada **R\$ 283,00 (duzentos e oitenta e três reais) por mês**

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Serviço Social do Comércio - SESC

Coordenadoria de Recursos Humanos

1º 2º

Data saída **03** de **setembro** de **2005**

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Serviço Social do Comércio - SESC

Seção de Recursos Humanos

Com. Dispensa CD Nº

13

CONTRATO DE TRABALHO

CNPJ : 26.433.763/0001-10

ML CONSTRUÇÕES IND. E COM. LTDA

SRE/S COM.LOC.BLB LTE 14 SALA 102

CRUZEIRO - CEP 70640-002

BRASÍLIA - DF

Esp. estab. : CONSTRUÇÃO

Função : Despachante

CBO : 423105 CTPS : 0009335/00016

Data admissão : 1 de Setembro de 2011

Registro nº : 101

Folha/Ficha :

Remuneração especificada :

R\$ 1.500,00 (um mil, quinhentas reais) por mês.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

ML Constr. Empr. Inc. Ltda.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Data saída **09** de **setembro** de **2012**

ML Constr. Empr. Inc. Ltda.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Com. Dispensa CD Nº

Obs NDE Pág. 44



CONTRATO DE TRABALHO

Empregador

CNPJ/MF

Rua N°

Município Est.

Esp. do estabelecimento

Cargo CBO n°

Data admissão de de

Registro n° Fls./Ficha

Remuneração especificada

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1° 2°

Data saída de de

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1° 2°

Com. Dispensa CD N°

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador

CNPJ/MF

Rua N°

Município Est.

Esp. do estabelecimento

Cargo CBO n°

Data admissão de de

Registro n° Fls./Ficha

Remuneração especificada

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1° 2°

Data saída de de

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1° 2°

Com. Dispensa CD N°

48
mm



ANOTAÇÕES DE FÉRIAS

Gozou férias relativas ao período de
de / / a / /

Assinatura do empregador

Gozou férias relativas ao período de
de / / a / /

Assinatura do empregador

Gozou férias relativas ao período de
de / / a / /

Assinatura do empregador

Gozou férias relativas ao período de
de / / a / /

Assinatura do empregador

Gozou férias relativas ao período de
de / / a / /

Assinatura do empregador

FGTS — Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(Lei nº 5.107/66, regulamentada pelo Dec. nº 59.820/66)

OPÇÃO

RETRATAÇÃO

29 / 06 / 02 / /
Dia Mês Ano Dia Mês Ano

Banco depositário CEF

Agência 504 Sul

Praça Brasília Estado DF

Empresa Serviço Social do Comércio - SESC - AR - DF

Assinatura do empregador

Serviço Social do Comércio - SESC

Coordenadoria de Recursos Humanos

OPÇÃO

RETRATAÇÃO

01/09/2011

F Banco depositário : CXA ECONOMICA FEDERAL

A Agência :

F Cidade : BRASILIA UF : DF

E ML CONSTRUÇÕES IND. E COM. LTDA

ML Constr. Edif. Inc. Ltda.

Carimbo e assinatura do empregador



50
mm

42

ANOTAÇÕES GERAIS

(Atestado médico, alteração do contrato do trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)

É admitido (a) no cargo de Auxiliar
de Serviços Gerais a partir
de 29/06/02 pelo período
experimental de 90 (noventa)
dias, de acordo com o Art. 479 da CLT.

Serviço Social do Comércio - SESC
Coordenadoria de Recursos Humanos

43

ANOTAÇÕES GERAIS

(Atestado médico, alteração do contrato do trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)

Contrato de Experiência

CNPJ : 26.433.763/0001-10
ML CONSTRUÇÕES IND. E COM. LTDA

SRE/S COM.LOC.BL.B LTE 14 SALA 102
CRUZEIRO - CEP 70640-002
BRASILIA - DF

CTPS : 0009335/00016

O portador da presente foi admitido em 01/09/2011,
por instrumento escrito, pelo prazo de 30 dias de
experiência, podendo o contrato ser prorrogado por
mais 60 dias.

ML Constr. Engr. Inc. Ltda.

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.



ANOTAÇÕES GERAIS

(Atestado médico, alteração do contrato do trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)

De acordo com a normativa nº 15 de 14 julho
de 2011 da saída projetada para
aviso pré-aviso a 13/10/2011
o último dia efetivamente trabalhado 09/12/13
Assinatura: Carimbo

~~ML Constr. Empr. Inc. Ltd.~~



BENEDITO DELFINO DIAS
RUA PRES. JUSCELINO KUBITSCHEK, S/N - CENTRO
NOVA PALMEIRA / PE CEP: 58184-000 (AG: 00)

Classe/Subcl: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFÁSICO
Roteiro: 4 - 62 - 657 - 15 Referência: Ago / 2015
Nº medidor: 00008180437 Emissão: 10/08/2015

energisa

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680
CNPJ 00.695.163/0001-40 Insc. Est. 16.015.828-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 009/247.029
Código para Débito Automático: 00002429157

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

b5ea 51ed b244 2b7e 91ad e301 5fb6 eeb1

Conta referente a

CDC (Código do Consumidor): 5/242915-7

Canal de contato

Ago / 2015

Apresentação

10/08/2015

Data prevista da
próxima leitura

10/09/2015

CPF / CNPJ / RANI
4879306400

Cálculo de consumo

Anterior	Atual	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura
09/07/15	4248	10/08/15	4518
			1
			270
			33

Faturas em atraso

FATURAS VENCIDAS ATÉ
O DIA 05/08/2015 PAGAS
OBRIGADO!

Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo em kWh	270	0,37558	102,48
Adic. B. Vermelha			14,86
IMPOSTOS E ENCARGOS			
PIS			2,12
COFINS			8,75
CONTRIBUIÇÃO ILUM. PÚBLICA			5,22
ICMS (Base de Cálculo R\$ 170,98) Alíquota 27,00%			47,78

Histórico de Consumo
(kWh)

Jul/15	257
Jun/15	325
Mai/15	318
Abr/15	278
Mar/15	270
Fev/15	318
Jan/15	333
Dez/14	292
Nov/14	308
Out/14	261
Set/14	248
Ago/14	231

Média dos últimos meses
296 kWh

VENCIMENTO

17/08/2015

TOTAL A PAGAR

R\$ 182,20

Indicadores de Qualidade

2015 - Pedra Lavada

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	6,00	NOMINAL 220
DIC TRIMESTRAL	12,06	
DIC ANUAL	24,12	CONTRATADA
FIC MENSAL	3,50	
FIC TRIMESTRAL	6,60	LIMITE INFERIOR 201
FIC ANUAL	13,20	LIMITE SUPERIOR 231
CMIC	3,54	
DICRI	12,22	

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energisa PB	48,34	26,44
Compra de Energia	59,72	31,13
Serviço de Transmissão	3,62	2,15
Encargos Setoriais	10,35	5,68
Impostos Diretos e Encargos	84,87	46,50
Outros Serviços	0,30	0,16
Total	182,20	100,00

Valor do encargo do Uso do Sistema de Distribuição
(Rel. 5/2015) R\$ 70,10

ATENÇÃO



Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS - 09/05/2019 08:47:13

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1905100924570000000020492421>

Número do documento: 1905100924570000000020492421

Num. 21073695 - Pág. 54



53

PSE I
Unidade Básica de Saúde
Dr Francisco Medeiros Dantas

DECLARAÇÃO

Eu, Adilene dos santos alves, brasileiro(a), solteiro(a), Funcionário(a) Coordenadora de Atenção Básica PF I, inscrita no CPF sob o n.º 040.899.164-40 e no RG sob o n.º 2.560.801 **DECLARO** para os devidos fins que Kenaldo Delfino Dias, brasileira(o), solteira(o), inscrito no RG sob o n.º 2.026.937 SSP/PB e no CPF sob o n.º 007.416.874-61, é acompanhado pelo Agente Comunitário de Saúde Carlos Eduardo e Reside com seu pai Benedito Delfino Dias na Rua Juscelino Kubistchek, s/n, CEP 58184-000, nesta cidade.

Assim o faço, ciente das responsabilizações legais.

Nova Palmeira-PB 15 de Setembro de 201.


Adilene S. Alves
Coordenadora Atenção Básica
CPF 040.899.164-02



CONCLUSÃO

Processo: 19051009245700000000020492421

Ata de

Reunião de 17-09-15

Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUÍ
Vara Única

54
cmm

Processo nº: 0000884-76.2015.815.0271

DESPACHO

R. H.

Vistos etc.

Intime(m)-se a(s) parte(s) autora(s) para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, instruindo-a com prévio requerimento administrativo junto à seguradora ré, sob pena de indeferimento da inicial.¹

Cumpra-se.

Picuí, 26 de novembro de 2015.

VLADIMIR JOSÉ NOBRE DE CARVALHO
Juiz de Direito

DATA
Recebido nesta data em Cartório
Por 15/06/16
Escritório / Cartório

CERTIDA
001/16
22.01.16
m

- 1 **RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DPVAT. NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL JULGADA PELO PLENÁRIO DO STF NO RE 631.240. RECURSO DESPROVIDO. Decisão:** Trata-se de recurso extraordinário, interposto por Welho Lopes de Oliveira Bezerra, com fundamento no art. 102, III, a, da Constituição Federal, contra acórdão da Turma Recursal Única Cível e Criminal da Comarca de Imperatriz/MA, assim do (fl. 157): "SÚMULA DO JULGAMENTO. RECURSO INOMINADO. SEGURO DPVAT. PEDIDO ADMINISTRATIVO NÃO DEMONSTRADO. CARÊNCIA DE AÇÃO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR DE OFÍCIO. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. POR UNANIMIDADE. 1. Inexiste uma das condições da ação, pois não há indício de que fora realizado qualquer pedido administrativo. 2. Princípio da inafastabilidade da jurisdição. As garantias constitucionais devem se submeter às normas infraconstitucionais do direito processual, neste caso, a falta de interesse processual. 3. Necessidade do prévio requerimento administrativo, gerando a pretensão resistida e configurando a necessidade de intervenção do Poder Judiciário. 4. Sendo a condição da ação matéria de ordem pública, pode ser examinada ex officio e a qualquer tempo ou grau de jurisdição, inclusive pelas Turmas Recursais. 5. Reconhecimento, de ofício, da falta de interesse de agir e extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC, excluindo-se a condenação porventura fixada em sentença. 6. Sem condenação em custas e honorários advocatícios. 7. Por unanimidade". Opostos embargos de declaração, foram rejeitados. Nas razões do apelo extremo, sustenta preliminar de repercussão geral e, no mérito,



alega violação ao artigo 5º, XXXV e XXXVI, da Constituição Federal. O Tribunal a quo admitiu o recurso extraordinário. É o relatório. DECIDO. Não merece prosperar o recurso. Esta Corte já firmou entendimento no sentido de que o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejarem a necessidade de manifestação judiciária do Estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas, consoante firmado pelo Plenário da Corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso, Sessão do dia 03/9/2014, nos termos do seguinte trecho do referido julgado: "A instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição. Para se caracterizar a presença de interesse em agir, é preciso haver necessidade de ir a juízo." Ex positis, DESPROVEJO o recurso, com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF. Publique-se. Brasília, 4 de fevereiro de 2015. Ministro Luiz Fux Relator Documento assinado digitalmente (STF - RE: 839353 MA, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 04/02/2015, Data de Publicação: DJe-026 DIVULG 06/02/2015 PUBLIC 09/02/2015).



Num. 21073695 - Pág. 59

JUNTADA
depoimento oral a pedido
Fol. 14 03 16
MMJ



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUI – ESTADO DA PARAÍBA.


PROCESSO Nº. 0000884-76.2015.815.0271



KENALDO DELFINO DIAS, já devidamente qualificado nos Autos dessa Ação de Cobrança, Vem, mui respeitosamente a presença de Vossa Excelência, **REQUERER**, a juntada do Requerimento Administrativo, pugnando desde já que esse juízo conceda ao autor um prazo de 60 (sessenta dias) para eventual conclusão de tal procedimento administrativo, e/ou, então, agende audiência de conciliação nos termos do Rito Sumário, dando assim o devido prosseguimento desse feito processual.

Nestes Termos,
Pede deferimento.

Picui – PB, 14 de março de 2016.


NILO TRIGUEIRO DANTAS
OAB-PB 13.220

Av. Getúlio Vargas, 75, Centro
Picui - PB
CEP. 58.187.000
E-mail: nilotdantasadv@yahoo.com.br
nilotdantas@hotmail.com
(83) 3371 2274 / 9912 5490 / 9104 9190



IDENTIFICAÇÃO

VÍTIMA Renaldo Jefferson Dias
 DATA DO ACIDENTE 06.03.2016 CPF DA VÍTIMA 004.416.874-61
 PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO
 QUALIFICAÇÃO DO PORTADOR ☒ VÍTIMA () REPRESENTANTE LEGAL, CUJO PARANTESCO COM A VÍTIMA É
 ENDEREÇO DO PORTADOR Rua Prof. Juscelino Kubitschek
 Nº 511 COMPLEMENTO BAIRRO Centro
 CIDADE Janaína UF PR CEP 58.184-000
 E-MAIL TELÉFONE (82) 9.9104-9190

MARQUE (X) PARA CADA DOCUMENTO ENTREGUE:

DOCUMENTOS BÁSICOS - INVALIDEZ PERMANENTE

- ☒ REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
☒ CARTEIRA DE IDENTIDADE DA VÍTIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☒ CPF DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☐ LAUDO DO IML (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
☒ NA IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAR O LAUDO DO IML: DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML (ORIGINAL) ASSINADA PELA VÍTIMA E RELATÓRIO DO MÉDICO ASSISTENTE (ORIGINAL), QUE COMPROVE A EXISTÊNCIA DA INVALIDEZ PERMANENTE, COM A DATA DA ALTA DEFINITIVA
☒ BOLETIM DE ATENDIMENTO HOSPITALAR OU AMBULATORIAL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
☒ COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
☒ AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DA VÍTIMA (ORIGINAL), COM DOCUMENTOS QUE CONFIRMEM OS DADOS BANCÁRIOS, TAIS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES - INVALIDEZ PERMANENTE

- () CARTEIRA DE IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER, OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
 () CPF DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
 () COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DA RESIDÊNCIA (ORIGINAL)

OBS: REPRESENTANTE LEGAL É QUEM REPRESENTA A VÍTIMA MENOR, DE 0 A 15 ANOS, PODE SER PAI OU MÃE

DOCUMENTOS BÁSICOS - DAMS

- () REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
 () CARTEIRA DE IDENTIDADE DA VÍTIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
 () CPF DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
 () RELATÓRIO DO MÉDICO ASSISTENTE, INFORMANDO AS LESÕES SOFRIDAS EM DECORRÊNCIA DO ACIDENTE E O TRATAMENTO REALIZADO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
 () COMPROVANTES (ORIGINAIS E LEGÍVEIS) DAS DESPESAS MÉDICAS HOSPITALARES QUITADAS
 () NOTAS FISCAIS (ORIGINAIS E LEGÍVEIS) DE FARMÁCIA ACOMPANHADAS DO RESPECTIVO RECEITUÁRIO MÉDICO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
 () COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
 () AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DA VÍTIMA (ORIGINAL), COM DOCUMENTOS QUE CONFIRMEM OS DADOS BANCÁRIOS, TAIS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES - DAMS

- () CARTEIRA DE IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER, OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
 () CPF DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
 () COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)

OBS: REPRESENTANTE LEGAL É QUEM REPRESENTA A VÍTIMA MENOR, DE 0 A 15 ANOS, PODE SER PAI OU MÃE

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- VALORES DE INDENIZAÇÃO
 • MORTE = R\$ 13.500,00
 • INVALIDEZ PERMANENTE = ATÉ R\$ 13.500,00. ESTE VALOR VARIA CONFORME A GRAVIDADE DAS LESÕES E DE ACORDO COM TABELA DE SEGURO PREVISTA NA LEI 6.194/74.
 • DESPESAS MÉDICAS (DAPIS) = REEMBOLSO ATÉ R\$ 2.700,00 (REEMBOLSO). ESTE VALOR VARIA CONFORME O TOTAL DE DESPESAS COMPROVADAS.
 • O PRAZO PARA O PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO É DE 30 DIAS, CONTADOS A PARTIR DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO COMPLETA NA SEGURADORA LÍDER DPVAT
 • COM BASE NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, PODERÃO SER SOLICITADOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, COMO OS LISTADOS NESTE FORMULÁRIO
 • PARA ACOMPANHAR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO, ACESSSE WWW.DPVATSEGURODOTRANSITO.COM.BR OU LIGUE GRÁTIS SAC DPVAT 0800 022 1204

PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE

DATA 14/03/2016
 IDENTIDADE 2026937 559113
 ASSINATURA Renaldo Jefferson Dias

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO NOS CORREIOS

DATA 14-03-2016 MATR. CORREIOS 8421458
 NOME SILVIA DANTAS
 ASSINATURA Silvia Dantas



CONCLUSÃO
Concluso nesta data ao MM. Juiz -
Direito
Data 16 03 16
Escritão / Estreleite





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUI
Vara Única

Processo nº 0000884-76.2015.815.0271

DESPACHO

Vistos, etc.

Suspendo o feito pelo prazo de 90 (noventa) dias.

Notifique-se a seguradora ré para, no prazo de 60 (sessenta) dias, decidir o requerimento formulado administrativamente pelo autor, informando a este juízo acerca da decisão tomada para fins de verificação da existência de interesse processual.

57. Instrua-se a notificação com cópia do documento de folhas

Cumpra-se.

Picuí, 17 de novembro de 2016.

ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA
Juiz de Direito

DATA

Nesta data recebi os presentes do MM. Juiz de Direito.

Picuí, 16/01/2016

Analista/Técnico(a) Judiciário(a)

CERTIDÃO

Certifico que nesta data foi decorrido o período da suspensão processual.

Picuí, 09/06/17





**ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE PICUI
VARA ÚNICA**

CARTA DE NOTIFICAÇÃO

Picuí, 12 de junho de 2017

Ilustríssimo Senhor

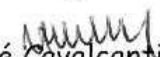
Diretor da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A
Rua Senador Dantas nº 74 14º andar - centro
CEP 20031-205 - Rio de Janeiro - RJ.

Senhor Diretor:

Pelo presente, estou notificando a Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A, por intermédio de Vossa Senhoria, para no prazo de sessenta (60) dias, decidir o requerimento formulado administrativamente pelo(a) autor(a) **KENALDO DELFINO DIAS**, portador(a) do CPF nº 007 416 874-01 e RG nº 2.026.937 SSP/PB, informando a este Juízo acerca da decisão tomada para fins de verificação da existência de interesse processual, a fim de instruir os autos da Ação de Cobrança de Indenização de Seguro DPVAT c/c Reparação de Danos nº 0000884-76.2015.815.0271.

Segue em anexo o documento de folhas 57.

Atenciosamente,


Vinícius José Cavalcanti de Lima
Analista Judiciário



IRANILDA DANTAS
Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS
Data: 06/05/2019
Assinatura: IRANILDA DANTAS





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAIBA

Protocolo: D003648170271

Data : 05/07/2017 Hora : 12:53:36

Tipo : AVISO DE RECEBIMENTO

Processo : 0000884-76.2015.815.0271

Status : ATIVO

Justiça Gratuita : NÃO

Comarca : PICUI

Vara : VARA UNICA DE PICUI

Classe : PROCEDIMENTO SUMARIO

Assunto : SEGURO

Parte(s) Peticionante(s):

TERCEIROS

Localizador: AR AGUARDA DEVOLUÇÃO

60
mm



Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS - 09/05/2019 08:47:13

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19051009245700000000020492421>

Número do documento: 19051009245700000000020492421

884-7C.2015

Correios		SIGEP	AVISO DE RECEBIMENTO	CONTRATO 9912263594
DESTINATÁRIO: SEGURADORA LIDEH DOS CONSORCÍOS S/A Rua Senador Dantas, 74 6 ANDAR Centro 20031-205 - Rio de Janeiro RJ		TENTATIVAS DE ENTREGA: 1ª _____ h 2ª _____ h 3ª _____ h		CASO DO RECIPIENTE DE PRESENCIA DATA DE ENTREGA 27 JUN 2017 LOCAL DE ENTREGA R. JUNIOR 8.958.534-7
AR3600837790A 		MOTIVO DE DEVOLUÇÃO: <input type="checkbox"/> 1. Indisponível <input type="checkbox"/> 2. Endereço incorreto <input type="checkbox"/> 3. Não encontrado <input type="checkbox"/> 4. Expiração do prazo <input type="checkbox"/> 5. Ausência <input type="checkbox"/> 6. Outros		
REMETENTE: Fórum Juiz Manoel Pereira do Nascimento ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO: Rua São Sebastião, s/n Centro 68187-000 - Poual-PA		EDIFÍCIO SEGURADORA LIDEH 27 JUN 2017 R. JUNIOR 8.958.534-7		ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO CARTÃO
ASSINATURA DO RECIPIENTE ASSINATURA DO INTERLOCUTOR		DATA DE ENTREGA LOCAL DE ENTREGA		



JUNTADA
a Petição
Plau 15 08 17
Mm





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

Protocolo: P000573170271

Data : 14/08/2017 Hora : 10:11:11

Tipo : PETICAO (OUTRAS)

Processo : 0000884-76.2015.815.0271

Status : ATIVO

Justiça Gratuita : NÃO

Comarca : PICUI

Vara : VARA UNICA DE PICUI

Classe : PROCEDIMENTO SUMARIO

Assunto : SEGURO

Parte(s) Peticionante(s):

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A

Localizador: AGUARDA DECURSO DE PRAZO

62
cm



Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS - 09/05/2019 08:47:13

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19051009245700000000020492421>

Número do documento: 19051009245700000000020492421

Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
Tel 21 3861-4600 www.seguradoralider.com.br
Rua Senador Dantas 74, 5º andar
Centro Rio de Janeiro CEP 20031-205



Seguradora

LÍDER

Administradora do Seguro DPVAT

Rio de Janeiro, 28 de julho de 2017
DPVAT/JUR – 2517/2017

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PICUI/PB
Rua Francisco Josias de Lima, s/n - Centro
58187-000 - Picuí – PB

Assunto: Processo nº 0000884-76.2015.8.15.0271

SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.,
CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro,
Rio de Janeiro, CEP 20031205, vem, em atenção ao processo em epígrafe, prestar os
esclarecimentos que se seguem:

Consta nos registros desta Seguradora, pedido para o recebimento da indenização do
Seguro DPVAT, por **invalidez permanente**, em razão do acidente de trânsito ocorrido em
06/03/2012, com a vítima **KENALDO DELFINO DIAS**, CPF/MF nº 007.416.874-61, junto à
Centaurio Vida e Previdência S.A., entretanto, não houve o pagamento, uma vez que o aviso de
sinistro administrativo foi realizado apenas em **14/03/2016**, quando já ultrapassado o prazo
prescricional, de 03 (três) anos, previsto no artigo 206, §3º, inciso IX, do Código Civil¹.

Manifestando votos de estima e consideração, a Seguradora Líder coloca-se à disposição para
quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Ana Carolina Guimarães
Coordenador Jurídico

P-100/151951/2017/001
AMEC

¹ Art. 206. Prescreve em:

(...)

§3º Em três anos:

(...)

IX – a pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório.

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder-DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



CONCLUSÃO
Concluído em 16/08/17
Data 16 08 17
Assinatura mm

64
mm





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUÍ
Vara Única

65
2

Processo nº 0000884-76.2015.815.0271

DESPACHO

Vistos, etc.

Tendo em vista a negativa do pedido na esfera administrativa (fls. 63), tenho por configurada a pretensão resistida e o consequente interesse processual, determinando o prosseguimento do feito.

Defiro a justiça gratuita.

Deixo de designar a audiência prevista no art. 334 do CPC, tendo em vista que o consórcio de seguradoras promovido nunca demonstra interesse em transigir antes de realizada a perícia médica, sendo, portanto, improvável a obtenção da conciliação entre as partes, bem como em função de não existir neste Juízo núcleo de mediação e/ou conciliação.

Sendo assim, cite-se o promovido para apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Apresentada a contestação, intime-se a parte autora à réplica, no prazo de 15 (quinze) dias.

Cumpra-se.

Picuí, 8 de março de 2018.

ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA
Juiz de Direito

DATA

Nesta data recebi os presentes do MM. Juiz de Direito.

Picuí, 03 / 04 / 2018

Analista/Técnico(a) Judiciário(a)





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUI**

VARA ÚNICA DE PICUI

Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0000884-76.2015.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: KENALDO DELFINO DIAS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 15/2018, **COMUNICO** a conclusão do procedimento de migração dos autos físicos de **n. 0000884-76.2015.8.15.0271** para o PJe (Processo Judicial Eletrônico) e **INTIMO** as partes, por seus advogados, defensores públicos ou dativos, Fazenda Pública e o Ministério Público, regularmente habilitados perante o sistema de processo eletrônico - PJe, a requerer o que for pertinente, em 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.

João Pessoa/PB, 22 de agosto de 2019.

ELIELTON ALVES DA SILVA
Técnico Judiciário





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUI**

VARA ÚNICA DE PICUI

Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0000884-76.2015.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: KENALDO DELFINO DIAS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 15/2018, **COMUNICO** a conclusão do procedimento de migração dos autos físicos de n. **0000884-76.2015.8.15.0271** para o PJe (Processo Judicial Eletrônico) e **INTIMO** as partes, por seus advogados, defensores públicos ou dativos, Fazenda Pública e o Ministério Público, regularmente habilitados perante o sistema de processo eletrônico - PJe, a requerer o que for pertinente, em 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.

João Pessoa/PB, 22 de agosto de 2019.

ELIELTON ALVES DA SILVA
Técnico Judiciário





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUÍ**

VARA ÚNICA DE PICUÍ

Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

MANDADO DE CITAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0000884-76.2015.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: KENALDO DELFINO DIAS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

O MM. Juiz de Direito da Vara Única de Picuí, manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, cite a parte:

**Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 andar, - de 58 ao fim - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205**

para apresentar defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da juntada aos autos do mandado cumprido, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte promovente na petição inicial.

Segue, abaixo informado, o link para visualização da contrafé (petição inicial).

Picuí/PB, 13 de março de 2020.

De ordem, LOURDEMAR VERAS FARES DAVID
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ (PETIÇÃO INICIAL), ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O

IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
[VOL 1][Petição Inicial]	Petição Inicial	19051009245700000000020492421
Ato Ordinatório	Ato Ordinatório	19082216193890300000023021596
Ato Ordinatório	Ato Ordinatório	19082216193890300000023021596



